



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA (PPGHIS)**

**O CREPÚSCULO: ESCRAVIDÃO, RAÇA E A CONSTRUÇÃO DA
NAÇÃO NA BAHIA DA DÉCADA DE 1840**

BARBARA BALENA

Foz do Iguaçu
2026



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA (PPGHIS)

O CREPÚSCULO: ESCRAVIDÃO, RAÇA E A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO NA BAHIA DA DÉCADA DE 1840

BARBARA BALENA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Estudos Latino-Americanos.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Faustinoni Bonciani

Foz do Iguaçu
2026

BARBARA BALENA

**O CREPÚSCULO: ESCRAVIDÃO, RAÇA E A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO
NA BAHIA DA DÉCADA DE 1840**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Estudos Latino-Americanos.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Faustinoni Bonciani
(UNIFESP)

Prof. Dra. Rosangela de Jesus Silva
(UNILA)

Prof. Dr. Evander Ruthieri Saturno da Silva
(UNILA)

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

FICHA CATALOGRÁFICA EMITIDA PELA
BIBLIOTECA DA UNILA

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - CENTRAL

G633c

Gomes, Barbara Balena.

O crepúsculo: escravidão, raça e a construção da nação na Bahia da década de 1840 / Barbara Balena Gomes. -
Foz do Iguaçu, 2026.

99 fls.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH), PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGHIS).

Orientador: Rodrigo Bonciani.

1. Imprensa - Bahia - 1845-1847. 2. Escravidão - Brasil. 3. civilização moderna. I. Bonciani, Rodrigo. II.
Título.

CDU 070(813.8)(091)

AGRADECIMENTOS

Sempre escutei que o percurso do mestrado é, muitas vezes, um processo solitário, hoje entendo o significado, as leituras e as escritas não são mais compartilhadas. No entanto, esse processo se tornou mais leve e possível graças às pessoas que estiveram ao meu lado, oferecendo apoio, escuta e incentivo nos momentos difíceis.

Agradeço, primeiramente, ao meu orientador, Professor Rodrigo Bonciani, pela confiança depositada em mim, pela orientação cuidadosa, sua generosidade e pelas leituras que contribuíram decisivamente não apenas para a construção deste trabalho, mas para minha formação como historiadora. Aos membros da banca examinadora, professora Rosângela e professor Evander, agradeço pela disponibilidade e pelas contribuições que certamente ampliam os horizontes desta investigação.

Aos meus pais, Ione e Jonatas, e à minha irmã Eliane, que sempre acreditaram na educação como caminho para o futuro, expresso meu profundo amor. À minha irmã Aline, agradeço por incentivar, desde cedo, o gosto pela leitura, a consciência política e o compromisso com a carreira acadêmica.

Ao meu companheiro, Diego, agradeço pela presença constante e pela paciência nos períodos de ausência. Seu apoio foi essencial para que eu chegasse até aqui.

Às minhas amigas de vida e do mestrado, Larissa, Maira e Rúbia, agradeço pela parceria acadêmica e afetiva, pelas trocas, pelas conversas, pelos cafés e pelos momentos de descontração que tornaram essa experiência menos solitária e mais significativa.

Agradeço também à Professora Lívia Vargas, cuja generosidade ultrapassou os limites da vida acadêmica e se transformou em uma amizade. Agradeço também ao meu amigo, Rafael, pelo apoio e incentivo.

Aos demais amigos e amigas que compreenderam minhas ausências e celebraram cada pequena conquista, deixo meu sincero agradecimento. Esta dissertação é fruto de muitas trocas que, de diferentes maneiras, sustentaram este processo.

Emergência de novas palavras a língua, seu emprego cada vez mais freqüente e as modificações de sentido que lhes são atribuídas pela opinião dominante, em uma palavra, aquilo que se poderia caracterizar como sendo a linguagem da moda, são um importante ponteiro relógio do tempo, que não deve ser negligenciado por aqueles que, partindo de fenômenos aparentemente insignificantes, procuram tirar conclusões sobre as mudanças no conteúdo da vida. (Wilhelm Schulz, 1841)

RESUMO

Esta dissertação analisa como o jornal *O Crepúsculo*, publicado em Salvador entre 1845 e 1847, abordou a escravidão, o tráfico atlântico e a população negra no interior de um projeto de modernidade e construção nacional. Produzido por médicos e letrados vinculados à Faculdade de Medicina da Bahia, o periódico articulava discursos científicos, morais e literários na formulação de um ideal de civilização orientado por referenciais europeus. A pesquisa parte do conjunto completo dos trinta números do jornal, privilegiando textos que mencionam direta ou indiretamente a população negra, o tráfico e a escravidão, bem como aqueles que mobilizam categorias como progresso, moralidade e civilização. O referencial teórico articula o conceito de representação, conforme elaborado por Roger Chartier (1990), à noção de modernidade como experiência histórica ambivalente, formulada por Marshall Berman (1986), e ao regime de historicidade proposto por Reinhart Koselleck (2006). A partir dessa triangulação, compreende-se o periódico como instância ativa na produção simbólica de hierarquias sociais e na reorganização das temporalidades. Argumenta-se que *O Crepúsculo* contribuiu para formular uma modernidade científica, na qual o futuro nacional era projetado a partir da autoridade de uma elite letrada, enquanto a população negra era posicionada em uma temporalidade associada ao atraso, à tutela ou à necessidade de reforma moral. Ao articular história da imprensa e história social, a pesquisa demonstra que o discurso modernizador se projeta no próprio título do periódico, *O Crepúsculo*, evocando uma experiência histórica marcada pela ideia de transição: o declínio de uma ordem social colonial e escravista e o anúncio incerto de um novo tempo associado aos ideais de modernidade, civilização e progresso.

Palavras-chave: Representação. Imprensa oitocentista. Modernidade. Raça. Nação.

RESUMO

Esta disertación analiza cómo el periódico *O Crepúsculo*, publicado en Salvador entre 1845 y 1847, abordó la esclavitud, la trata atlántica y la población negra dentro de un proyecto de modernidad y construcción nacional. Producido por médicos y estudiosos vinculados a la Facultad de Medicina de Bahía, el periódico articuló discursos científicos, morales y literarios en la formulación de un ideal de civilización guiado por referencias europeas. La investigación se basa en el conjunto completo de treinta números del periódico, centrándose en textos que mencionan directa o indirectamente a la población negra, la trata y la esclavitud, así como aquellos que movilizan categorías como progreso, moral y civilización. El marco teórico articula el concepto de representación, elaborado por Roger Chartier (1990), con la noción de modernidad como una experiencia histórica ambivalente, formulada por Marshall Berman (1986), y el régimen de historicidad propuesto por Reinhart Koselleck (2006). A partir de esta triangulación, el periódico se entiende como una instancia activa en la producción simbólica de jerarquías sociales y la reorganización de temporalidades. Se sostiene que *O Crepúsculo* contribuyó a formular una modernidad científica, en la que el futuro nacional se proyectaba a partir de la autoridad de una élite alfabetizada, mientras que la población negra se posicionaba en una temporalidad asociada al atraso, la tutela o la necesidad de reforma moral. Al articular la historia de la prensa y la historia social, la investigación demuestra que el discurso modernizador se proyecta en el título del propio periódico, *O Crepúsculo*, evocando una experiencia histórica marcada por la idea de transición: la decadencia de un orden social colonial y esclavista y el anuncio incierto de un nuevo tiempo asociado a los ideales de modernidad, civilización y progreso.

Palabras clave: Representación. Prensa del siglo XIX. Modernidad. Raza. Nación.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – O Crepúsculo, Volume I, edição 1, 1845.	45
Figura 2 – O Crepúsculo, Volume 2, edição 13, 1846.	46
Figura 3 – O Crepúsculo, Volume 3 edição 3, 1847.	48

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I: SALVADOR E A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO NO SÉCULO XIX: ELITE, CIÊNCIA E IMPRENSA.....	21
1.1. A FORMAÇÃO DE UMA NOVA ELITE LETRADA NA BAHIA OITOCENTISTA.....	22
1.2. O CREPÚSCULO, MÉDICOS, HOMENS DE LETRAS E O JORNALISMO CIENTÍFICO.....	29
CAPÍTULO II: ESCRAVIDÃO, MODERNIDADE E REPRESENTAÇÃO NAS PÁGINAS DO CREPÚSCULO.....	41
2.1. O PROJETO EDITORIAL DO O CREPÚSCULO.....	42
2.2. REPRESENTAÇÕES SOBRE OS NEGROS E A ESCRAVIDÃO NO JORNAL O CREPÚSCULO.....	48
2.3. O JORNAL O CREPÚSCULO: PROGRESSO E NAÇÃO, IDEIAS DE CIVILIZAÇÃO.....	60
CAPÍTULO III: MODERNIDADE, IMPRENSA E EXCLUSÃO SIMBÓLICA NO JORNAL O CREPÚSCULO.....	69
3.1. MODERNIDADE COMO RUPTURA E PROMESSA.....	70
3.2. A POPULAÇÃO NEGRA E OS LIMITES A NAÇÃO CIVILIZADA.....	75
3.3. POPULAÇÕES NEGRAS E O PROJETO DE MODERNIDADE NAS PÁGINAS DO O CREPÚSCULO.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS.....	92

INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa como o jornal *O Crepúsculo*, publicado em Salvador entre 1845 e 1847, abordou a escravidão, o tráfico atlântico e a população negra no interior de um projeto de modernidade e de construção nacional. O próprio título do periódico, *O Crepúsculo*, condensa uma experiência histórica de transição: o declínio de uma ordem colonial, imperial e escravista e a aurora incerta de uma sociedade que se anunciava moderna, civilizada e progressista. Ao mobilizar essa imagem liminar entre noite e dia, o jornal se inscrevia simbolicamente como mediador de um tempo novo, assumindo para si a tarefa de iluminar, orientar e reformar a sociedade baiana.

Produzido por médicos e letrados vinculados à Faculdade de Medicina da Bahia, o periódico expressava a consolidação de uma vertente específica da elite intelectual baiana, formada por indivíduos que dispunham de recursos sociais, culturais e simbólicos que lhes permitiam ocupar posições privilegiadas nos espaços de produção e circulação de saberes. Esses homens letrados se percebiam como agentes de transformação social e recorriam à linguagem científica, moral e literária para intervir nos debates públicos sobre civilização, progresso e cidadania, legitimando-se como intérpretes autorizados da realidade social. Nesse sentido, o jornal não se limitava à difusão de informações, mas atuava como um espaço de elaboração de diagnósticos sobre a sociedade brasileira e de formulação de projetos de modernização. Em suas páginas, ciência, religião, literatura e política não aparecem como esferas isoladas, mas como registros complementares de um mesmo esforço de ordenação simbólica do mundo social, no qual determinados grupos reivindicavam para si a autoridade de nomear problemas, definir soluções e projetar o futuro da nação.

A principal fonte primária desta pesquisa é o conjunto completo dos trinta números do jornal *O Crepúsculo*, publicado entre 1845 e 1847. Os exemplares foram consultados por meio do acervo digital da Hemeroteca Digital Brasileira, mantida pela Biblioteca Nacional, que disponibiliza integralmente as edições do periódico. Trata-se de um periódico de caráter literário e científico que buscava o avanço de setores letrados da Bahia, inspirados por referências europeias e sustentados por um vocabulário que articula moral cristã, racionalidade científica e ideais de progresso. A análise concentra-se em três eixos centrais: as

representações do tráfico de escravizados, da escravidão, enquanto instituição social e jurídica, e da população negra escravizada, liberta ou livre. Esses elementos, presentes em diferentes seções do periódico — da ciência à literatura, da história natural aos artigos de opinião — permitem compreender como se configurava em *O Crepúsculo* uma perspectiva de sociedade e de construção da nação.

Para leitura detida, foram selecionados dez textos que fazem referência direta ou indireta à população negra, articulando representações racializadas de sujeitos como negros, africanos, crioulos, pardos e escravizados. Também integram o *corpus* os textos que discutem o tráfico e a escravidão, seja em sua crítica ou em sua justificação, bem como aqueles que relacionam ideias de civilização, atraso, higiene, moralidade e religiosidade em contextos atravessados pela distinção racial.

O período em que o jornal circulou foi marcado por profundas tensões políticas e sociais. Após o conturbado período regencial, a maioria de D. Pedro II, em 1840, buscava conferir estabilidade ao Império. Na Bahia, entretanto, permanecia viva a memória de revoltas escravas, especialmente a Revolta dos Malês (1835), que evidenciara o potencial político da população negra urbana. A cidade de Salvador configurava-se por intensa presença africana, múltiplas formas de sociabilidade negra e constantes negociações entre dominação e resistência. Nesse contexto, pensar modernidade implicava também enfrentar, ou organizar simbolicamente, a questão da escravidão e da presença negra no projeto nacional.

Paralelamente, multiplicavam-se instituições voltadas à produção do saber e à consolidação de uma narrativa histórica da nação. Como observa Lilia Schwarcz (2005), tais instituições buscavam construir um passado coerente, definir mitos de fundação e estabelecer critérios de pertencimento. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, desempenhou papel central nesse processo, ao organizar uma memória nacional que articulou civilização, ordem e unidade. Embora sediado no Rio de Janeiro, seu projeto irradiava-se pelas províncias e dialogava com iniciativas locais de produção intelectual. Nesse sentido, a imprensa periódica tornou-se espaço privilegiado de circulação e disputa de ideais.

Além do grupo de médicos e letrados vinculados à Faculdade de Medicina da Bahia, a província contava com outros espaços de sociabilidade intelectual e literária que participavam da vida cultural e política local. Como sugere

Schwarcz (2005) sobre a formação das elites intelectuais no Brasil imperial, esses ambientes reuniam homens de letras, juristas, religiosos e funcionários públicos que se dedicavam à produção e circulação de ideias, contribuindo para a consolidação de redes de prestígio e autoridade intelectual. Nesse contexto, periódicos, instituições científicas e associações literárias funcionavam como lugares privilegiados de debate e legitimação do saber, nos quais diferentes grupos buscavam afirmar sua posição no interior do campo letrado. O jornal *O Crepúsculo* insere-se nesse universo intelectual mais amplo, representando a atuação de um segmento específico composto sobretudo por médicos e homens de ciência que buscava afirmar a legitimidade do conhecimento científico como instrumento de interpretação e transformação da sociedade.

Na Bahia, a Faculdade de Medicina da Bahia — fundada em Salvador, em 1808, por D. João VI, logo após a transferência da corte para o Brasil — consolidou-se como importante núcleo de produção científica e intervenção social. Seus membros ultrapassavam os limites da prática médica e assumiam funções pedagógicas e normativas, discutindo higiene, moralidade, organização urbana e identidade nacional. Foi nesse ambiente que se desenvolveu o chamado jornalismo científico, no qual médicos e estudantes publicavam reflexões que combinavam observação empírica e julgamento moral. *O Crepúsculo* insere-se nesse universo como expressão de um grupo letrado que associava conhecimento científico à autoridade social.

A escolha do jornal *O Crepúsculo* como objeto de análise justifica-se por sua centralidade nas discussões acadêmicas e intelectuais da Bahia entre 1845 e 1847. O periódico desempenhou papel relevante na difusão de discursos sobre modernização e progresso, em um momento em que as elites letradas buscavam construir uma narrativa histórica e um ideário de nação para o Brasil. Em suas páginas, aparecem concepções de diferença e hierarquia racial que associavam determinados grupos sociais ao atraso e outros ao avanço civilizacional e intelectual. Nesse cenário, os intelectuais baianos se afirmavam como mediadores do saber, legitimando-se como representantes da ciência e da cultura, ao mesmo tempo em que definiam hierarquicamente os sujeitos sociais segundo critérios raciais e civilizatórios.

Compreender como essas hierarquizações foram elaboradas exige situá-las no campo das representações, concebendo os discursos do jornal não

como reflexos da realidade social, mas como construções simbólicas atravessadas por relações de poder, perspectiva que aproxima esta pesquisa das contribuições da história cultural e, em especial, das reflexões de Roger Chartier.

Para compreender os discursos veiculados pelo periódico, esta pesquisa adota como eixo teórico o conceito de representação, conforme elaborado por Chartier (1990). As representações são entendidas como construções simbólicas situadas, atravessadas por relações de poder, que classificam, nomeiam e organizam o mundo social. O jornal, nessa perspectiva, não é tomado como reflexo da realidade, mas como instância ativa na produção de sentidos. Ao representar a população negra, o tráfico e a escravidão, *O Crepúsculo* participava da definição de fronteiras sociais e da legitimação de hierarquias no interior da sociedade brasileira e baiana nos anos 1840.

Nesse sentido, as representações veiculadas pelo jornal *O Crepúsculo* não devem ser compreendidas como descrições neutras da população negra, mas como práticas discursivas que participavam da produção e legitimação de um projeto político e simbólico. Analisar tais representações implica desvelar os mecanismos pelos quais se construíram imagens racializadas da sociedade oitocentista, em paralelo à afirmação de um ideal de progresso guiado pela ciência, pela moralidade e pelos valores das elites letradas.

Chartier (1988) também destaca que a cultura não pode ser reduzida à condição de classe social. Ela é múltipla e variada, e deve ser interpretada a partir dos códigos culturais que orientam a leitura, a interpretação e a apropriação de textos e práticas sociais em diferentes grupos e contextos. Essa noção é particularmente útil para a análise da imprensa oitocentista, pois permite observar como os discursos circulavam, eram apropriados e ressignificados em espaços de sociabilidade distintos.

Além disso, em diálogo com Pierre Bourdieu, Chartier (1990) sublinha que a cultura pode tanto operar como instrumento de distinção e dominação quanto como espaço de apropriações criativas. A história cultural, nesse sentido, busca identificar como, em diferentes lugares e momentos, uma realidade social é construída, pensada e dada a ler.

Por fim, Chartier (1990) propõe dois caminhos para o estudo das representações coletivas: examinar a construção de identidades a partir das representações impostas por aqueles que detêm o poder de classificar e nomear; e

analisar como grupos subalternos produzem representações próprias para afirmar sua existência social. Esta pesquisa adota o primeiro caminho, investigando como um jornal vinculado à elite intelectual de Salvador representou a população negra em suas páginas e, a partir disso, projetou fronteiras de pertencimento na construção da nação brasileira em formação.

Ao tomar as representações como construções sociais situadas, abre-se espaço para compreender o jornal não apenas como veículo de informação, mas como fonte histórica que intervém no próprio processo de construção da realidade. É nesse sentido que *O Crepúsculo* será analisado: como ator político e cultural, produtor de discursos e representações que disputavam sentidos sobre escravidão, população negra, modernidade e nação.

Esta pesquisa insere-se no campo da história cultural da imprensa e da cultura letrada no Brasil oitocentista, buscando compreender os periódicos não apenas como meios de informação, mas como espaços de produção de representações e de elaboração de projetos intelectuais. Nesse sentido, o jornal é analisado como artefato cultural por meio do qual determinados grupos letrados interpretaram a realidade social e formularam ideias sobre civilização, progresso e identidade nacional. Ao mesmo tempo, a investigação dialoga com a história social da escravidão, especialmente com os trabalhos de João José Reis e Sidney Chalhoub, que evidenciam a complexidade das relações sociais no interior da sociedade escravista. Esse diálogo permite tensionar as representações produzidas pela elite letrada na imprensa, confrontando os discursos presentes no periódico com as dinâmicas sociais efetivas da sociedade soteropolitana do século XIX.

Além disso, a análise mobiliza os conceitos de modernidade e temporalidade histórica como ferramentas interpretativas para compreender a forma como o periódico articulava determinadas expectativas de futuro. Nesse sentido, Marshall Berman (1986) compreende a modernidade como uma experiência histórica marcada por transformações contínuas, na qual convivem, de maneira ambivalente, o entusiasmo diante do progresso e as inquietações provocadas pela emergência do novo. Essa perspectiva permite perceber que o discurso de progresso não se apresenta como narrativa linear, mas como experiência tensionada pela instabilidade social. Já Reinhart Koselleck (2006) oferece ferramentas para pensar a modernidade como regime de historicidade, caracterizado pela ampliação do horizonte de expectativas e pelo distanciamento progressivo entre passado e

futuro. A partir desse ponto, é possível observar como *O Crepúsculo* projetava um futuro civilizado, orientado pela noção de progresso, ao mesmo tempo em que posicionava determinados grupos, sobretudo a população negra, em uma temporalidade associada ao atraso.

A reflexão sobre o jornal como fonte histórica apoia-se em autores como Maria Helena Capelato, José D'Assunção Barros e Tânia Regina Luca. Inspirada nas reflexões de Capelato (1988), esta pesquisa entende o jornal como sujeito histórico, dotado de um projeto editorial próprio e inserido nas lutas simbólicas e ideológicas de seu tempo. Nesse sentido, os textos de *O Crepúsculo* serão interrogados não apenas em seu conteúdo, mas também a partir de seu posicionamento político e cultural, de suas escolhas temáticas, de seu vocabulário e de suas estratégias de persuasão.

A abordagem proposta por José D'Assunção Barros (2011) complementa essa perspectiva ao sugerir que se observe a intencionalidade discursiva dos textos, seus modos de construção argumentativa e o contexto histórico e social em que foram produzidos. A análise textual, nesse sentido, considera os vocabulários científicos, morais e racializados que operam na construção de imagens da população negra, bem como os efeitos simbólicos desses discursos. Já Tânia Regina de Luca (2000) oferece uma chave importante ao destacar o papel da imprensa como instância de mediação entre o campo intelectual e o projeto de nação. A partir dessa perspectiva, serão examinadas as relações entre *O Crepúsculo* e instituições como a Faculdade de Medicina da Bahia, bem como o papel do jornal na legitimação de um ideal de civilização pautado pela ciência europeia e pela exclusão das populações negras do imaginário nacional.

Como afirmou a primeira edição de *O Crepúsculo*, publicada em 2 de agosto de 1845, “Na verdade he difficil de conceber-se no seculo atual uma nação grandemente civilisada sem a impresa periodica”¹ (p. 2). A frase evidencia a centralidade atribuída à imprensa no processo de civilização e de construção da nação. Os jornais não apenas registravam acontecimentos, mas selecionavam e difundiam valores, transmitindo normas de conduta e padrões morais. Muitas vezes, eram eles que propagavam os ideais que uma sociedade buscava afirmar. Nesse

¹ Optou-se por manter a grafia original dos textos do jornal *O Crepúsculo*, preservando a ortografia e a pontuação tal como aparecem nas edições originais, de modo a assegurar a fidelidade documental e respeitar as convenções linguísticas do século XIX.

sentido, investigar os textos jornalísticos significa analisar como determinados temas eram abordados — ou silenciados — no cotidiano urbano. Como lembra Maria Helena Capelato (1988), a imprensa não é apenas um repositório de fatos, mas um ator que participa, comenta e registra a história. Desde o início do século XIX, a imprensa escrita desempenhou papel fundamental na formação da opinião pública brasileira. Em conjunto, compartilhavam e noticiavam o desenvolvimento da história nacional, servindo assim como uma importante fonte para pesquisar e analisar o cotidiano de uma sociedade. Esse caráter híbrido conferia ao jornal tanto a função de arena de intervenção no debate público quanto de instrumento de legitimação de uma elite letrada que pretendia influenciar a vida social.

No que se refere às representações da população negra na imprensa, destaca-se a contribuição de Lilia Moritz Schwarcz (1988), que analisa como essa nova elite acadêmica retratava a população negra nos jornais. Complementarmente, Schwarcz (2009) mostra de que modo a ciência e suas instituições participaram da formulação e difusão de discursos racializados, contribuindo para a legitimação de hierarquias sociais nessa nova nação em formação. Por fim, a coletânea organizada por Schwarcz (2009) amplia o debate ao reunir diferentes perspectivas sobre a construção social da cor e da raça no país, permitindo refletir sobre a complexidade das relações raciais e os modos de pertencimento e exclusão na sociedade brasileira do período.

Esta pesquisa busca compreender de que maneira os discursos científicos, morais e literários, elaborados majoritariamente por membros da elite acadêmica baiana, atuaram na construção simbólica da identidade nacional e na consolidação de hierarquizações raciais no Brasil do início do Segundo Reinado. A forma como o tráfico atlântico de africanos, a escravidão e a população negra foram representados em *O Crepúsculo* revela um projeto de civilização que articulava raça, progresso e pertencimento. Esses elementos não apenas fundamentaram as fronteiras internas da nação, como também projetavam uma imagem do Brasil diante do cenário internacional, moldada pelos valores da ciência europeia e da moral cristã.

Os conceitos centrais que orientam esta pesquisa são elites letradas, civilização, progresso e modernidade. Com base em Schwarcz (1988; 2009), entende-se por elite letrada um grupo que concentra atributos específicos, como títulos acadêmicos e posição social vinculada a círculos políticos e culturais

influentes. Trata-se de uma condição de prestígio e reconhecimento mútuo, que confere legitimidade para intervir e influenciar a vida coletiva; integrar essa elite significava ser socialmente reconhecido como um “homem de conhecimento”.

No entanto, é importante considerar que a constituição de uma elite dotada de atributos científicos representa uma novidade característica da primeira metade do século XIX. Até então, os grupos tradicionalmente associados às elites letradas estavam mais diretamente vinculados à literatura, ao direito, à ocupação de cargos políticos e às redes de poder sustentadas pela riqueza agrária. A emergência de médicos, naturalistas e outros profissionais formados em instituições de ensino superior, como a Faculdade de Medicina da Bahia, indica uma ampliação desse campo intelectual e social. Nesse sentido, esses novos agentes não apenas participavam dos debates públicos, mas também contribuíam para a formação de uma nova vertente das elites letradas, que buscava afirmar sua autoridade a partir da legitimidade científica. Ao reivindicar para si o lugar de intérpretes autorizados da realidade social, esses médicos e homens de ciência também disputavam posições específicas de poder e influência na definição dos rumos da sociedade brasileira.

A articulação entre Chartier (1991), Berman (1986) e Koselleck (2006) não se dá nesta pesquisa, como mera justaposição de referenciais, mas como estrutura analítica complementar. Chartier (1991) fornece a chave para compreender o jornal como espaço de produção de representações, isto é, como instância que classifica, nomeia e organiza o mundo social a partir de um lugar específico de enunciação. Ao produzir imagens da população negra, do tráfico e da escravidão, *O Crepúsculo* não descrevia simplesmente uma realidade preexistente, mas participava ativamente da definição das fronteiras simbólicas da nação.

Entretanto, tais representações não operam fora do tempo. É nesse ponto que a contribuição de Koselleck (2006) se destaca. Ao demonstrar que a modernidade inaugura uma nova relação entre passado e futuro, marcada pela ampliação do horizonte de expectativas e pela aceleração histórica, Koselleck (2006) evidencia que os discursos modernos organizam não apenas categorias sociais, mas também temporalidades. O futuro passa a ser concebido como espaço de transformação e progresso, mas esse horizonte não se distribui de forma uniforme. Ao projetar a nação brasileira temporalmente, situava determinados grupos como portadores do futuro e outros como resquícios de um passado a ser superado.

A perspectiva de Berman (1986) aprofunda essa leitura ao conceber a modernidade como experiência vivida de transformação. Para Berman (1986), ser moderno é habitar um mundo em constante desintegração e reconstrução, no qual as promessas de emancipação convivem com a produção de exclusões. Essa ambivalência é perceptível no periódico analisado: enquanto se celebra o avanço científico e a superação do atraso, manifesta-se, simultaneamente, a inquietação diante da presença majoritária da população negra em Salvador e das possíveis implicações sociais da abolição. O discurso de progresso não se apresenta como inclusão irrestrita, mas como reorganização hierárquica.

Assim, ao articular representação, temporização histórica e experiência moderna, esta dissertação propõe compreender a modernidade projetada por *O Crepúsculo* como temporalmente orientada e racionalmente estruturada. A população negra, embora constitutiva da realidade social soteropolitana, era frequentemente posicionada em uma temporalidade associada ao atraso, à tutela ou à necessidade de reforma moral e cultural. Ao projetar um Brasil moderno e científico, o periódico delimitava quem poderia ocupar plenamente esse futuro e sob quais condições. Assim, raça e modernidade não aparecem como categorias isoladas, mas como dimensões entrelaçadas na construção de uma ordem simbólica nacional.

Dessa forma, a questão central que orienta esta pesquisa pode ser formulada nos seguintes termos: Como o jornal *O Crepúsculo* mobilizou discursos científicos, morais e religiosos para construir representações da escravidão, do tráfico de escravos e da população negra no interior de um projeto de nação moderna?

A dissertação organiza-se em três capítulos. O primeiro dedica-se à análise da história a partir de dois momentos complementares, tendo a Bahia e a cidade de Salvador como foco. Inicialmente, examina-se brevemente o período compreendido entre o final do século XVIII até o ano de 1822, quando ocorre a ruptura política com Portugal e se inaugura o processo de construção de um projeto de nação no Brasil. Em seguida, discute-se a configuração dessa nova ordem na primeira metade do século XIX, buscando compreender quais grupos sociais eram incluídos na sociedade que então se estruturava. Nesse quadro, o capítulo também situa os espaços institucionais e intelectuais nos quais se desenvolveu o contexto de produção do periódico *O Crepúsculo*. Analisa-se também o papel das instituições

acadêmicas na consolidação de discursos sobre a nação, bem como o perfil do jornal, de seus autores e da elite letrada baiana vinculada à Faculdade de Medicina, enfatizando o lugar social a partir do qual esses discursos foram elaborados.

O segundo capítulo dedica-se à apresentação editorial do jornal e à análise direta das páginas de *O Crepúsculo*, com o objetivo de investigar de que maneira o tráfico, a escravidão e a população negra são representados em seu discurso. Examina-se o vocabulário mobilizado pelos autores, as estratégias discursivas empregadas e os silenciamentos que atravessam a formulação de uma determinada ideia de Brasil moderno e civilizado.

O terceiro capítulo retoma os referenciais teórico-metodológicos da pesquisa para construir uma síntese interpretativa da questão central da dissertação, articulando os conceitos de raça e modernidade a partir de Chartier (1991), Berman (1986) e Koselleck (2006). Ao relacionar representação, experiência moderna e regime de historicidade, busca-se compreender como o discurso de modernização veiculado pelo jornal contribuiu para consolidar uma narrativa nacional na qual progresso e civilização permaneciam associados à branquitude letrada, enquanto a população negra era posicionada em uma temporalidade a ser superada no interior do futuro nacional.

CAPÍTULO I: SALVADOR E A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO NO SÉCULO XIX: ELITE, CIÊNCIA E IMPRENSA.

Compreender o surgimento do jornal *O Crepúsculo* exige situá-lo no interior das transformações sociais, intelectuais e políticas que marcaram a cidade de Salvador na primeira metade do século XIX. Nesse período, observa-se a consolidação de novos espaços de produção do saber e de circulação de ideias, particularmente vinculados aos ambientes acadêmicos e científicos. A emergência de periódicos produzidos por médicos, juristas e homens de letras indica a formação de uma nova configuração das elites letradas, que buscavam afirmar sua autoridade intelectual na interpretação da sociedade baiana e brasileira. Nesse contexto, a imprensa não se limitava a registrar acontecimentos: ela participava ativamente da construção de diagnósticos sobre o país, articulando projetos de civilização, progresso e organização social. Ainda que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, tenha se constituído como um dos principais centros de elaboração de uma narrativa oficial sobre a nação, os debates sobre ciência, história e civilização também se desenvolveram em outros espaços intelectuais do Império. Salvador, com sua tradição acadêmica e instituições como a Faculdade de Medicina da Bahia, configurava-se como um importante polo regional de produção e circulação dessas ideias.

A partir desse cenário, torna-se possível discutir o surgimento de um grupo social que não se definia apenas por critérios econômicos, mas sobretudo por sua autopercepção como pertencente a uma elite intelectual. A legitimidade desse grupo se construía a partir da posse de determinados capitais simbólicos, como a formação acadêmica, a participação em círculos científicos e a capacidade de intervir nos debates públicos sobre os rumos da sociedade brasileira. Nesse sentido, a noção de elite relaciona-se menos a uma posição econômica específica e mais à autoridade cultural e intelectual atribuída a esses homens letrados, que se percebiam como capazes de formular diagnósticos e projetos políticos, sociais e científicos para o país.

Nesse contexto, ganha força o que Lilia Schwarcz (2005) identifica como o surgimento de um jornalismo científico, caracterizado pela ampliação do vocabulário médico e científico para além do campo estritamente técnico, passando a incorporar interpretações sobre a própria organização social. Trata-se de um

movimento no qual categorias e linguagens originalmente vinculadas às práticas médicas e científicas passam a ser mobilizadas para interpretar questões sociais, políticas e morais. Foi nesse ambiente intelectual que um grupo de médicos e homens de ciência passou a reivindicar para si um papel mais ativo na vida pública, utilizando a imprensa como espaço privilegiado de intervenção nos debates sobre os caminhos da sociedade brasileira.

Diante desse cenário, este primeiro capítulo tem como objetivo compreender de que maneira se desenvolveu a produção jornalística na cidade de Salvador ao longo da primeira metade do século XIX. Inicialmente, apresenta-se uma breve discussão sobre a formação da imprensa no Brasil e na Bahia, buscando situar o surgimento do jornal *O Crepúsculo* no interior desse processo mais amplo. Em seguida, analisa-se o periódico, produzido por médicos e homens de ciência que participavam ativamente das discussões intelectuais do período. A partir dessa análise, procura-se compreender como esse grupo intelectual, inserido em uma nova configuração das elites letradas, interpretava a sociedade baiana e construía representações sobre a população negra no interior de um projeto de modernidade em elaboração.

1.1. A FORMAÇÃO DE UMA NOVA ELITE LETRADA NA BAHIA OITOCENTISTA.

A transferência da capital do Estado do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, representou uma inflexão decisiva na organização política e administrativa da colônia portuguesa na América. Até então, Salvador ocupava posição central na administração colonial, concentrando funções políticas, econômicas e religiosas que garantiam à cidade um papel estratégico no funcionamento do império ultramarino português. A mudança da capital refletia transformações mais amplas do sistema colonial, especialmente a crescente importância econômica da região centro-sul, impulsionada pela mineração e pela intensificação das rotas comerciais atlânticas. Esse deslocamento do centro político produziu efeitos duradouros sobre Salvador, que passou a experimentar uma relativa perda de centralidade administrativa e simbólica. Ainda assim, a cidade permaneceu como importante polo comercial, urbano e intelectual, embora sua posição no interior da hierarquia imperial tenha sido reconfigurada.

A complexidade desse cenário urbano e social foi fundamental para a formação cultural, política e econômica da cidade. Conforme observa Gomes (2022), até o início do século XIX a elite brasileira era predominantemente formada pela aristocracia rural, composta sobretudo por grandes proprietários de terras e de escravizados, responsáveis inicialmente pela economia açucareira e, posteriormente, pela economia cafeeira. Com o desenvolvimento urbano, entretanto, a economia baseada exclusivamente na agricultura passou a conviver com novas possibilidades de crescimento. A expansão do comércio e o surgimento de profissionais liberais ampliaram as possibilidades de mobilidade social e contribuíram para a formação de novos grupos sociais no espaço urbano. A cidade de Salvador, nesse contexto, apresentava uma estrutura social marcada por contrastes: ao mesmo tempo em que mantinha fortes vínculos com estruturas coloniais e escravistas, também experimentava transformações associadas ao crescimento das atividades urbanas e intelectuais.

No decorrer do século XIX, sobretudo após a Independência de 1822, essa nova configuração política intensificou os debates sobre o lugar das diferentes regiões na construção da nação brasileira. Como argumentam Jancsó e Pimenta (2000), a identidade nacional não deve ser entendida como realidade previamente dada, mas como resultado de um processo histórico marcado por disputas, negociações e construções sociais. Nesse sentido, a nação brasileira foi sendo elaborada como um “mosaico”, composto por diferentes projetos políticos, sociais e culturais que buscavam definir o que significava ser brasileiro. Para parte das elites letradas, Salvador representava simultaneamente um espaço de tradição e de atraso, marcado por permanências coloniais que contrastavam com os projetos de modernização associados à capital imperial.

É nesse cenário que se torna possível observar o surgimento de grupos que não se definiam apenas por critérios econômicos, mas também por sua autopercepção como pertencentes a uma elite intelectual. De acordo com Xavier e Santos (2007), o conceito de elite não se restringe a grupos definidos exclusivamente por sua posição econômica ou administrativa, podendo também referir-se a indivíduos que, em determinado contexto social, detêm formas específicas de poder e influência. Nessa perspectiva, grupos podem afirmar-se como elites a partir da posse de diferentes tipos de capital econômico, político, social ou

cultural, e de sua capacidade de definir agendas, estabelecer valores normativos e influenciar as representações coletivas sobre a ordem social.

Esses intelectuais acreditavam possuir “legitimidade para discutir e apontar os impasses e perspectivas que apresentavam para o país” (Schwarcz, 2005, p. 37). Ou seja, os chamados “homens de sciencia” se identificavam e se apresentavam como fundamentais para solucionar as problemáticas do país. Em relação a essa elite intelectual, Schwarcz (2005, p. 26) afirma:

Na verdade, pouco se sabe sobre a origem social desses intelectuais. Enquanto alguns analistas destacam os estreitos limites entre tais grupos, a aristocracia agrária e o Estado monárquico, outros encontram nesses profissionais representantes de novos segmentos urbanos bastante opostos à burguesia tradicional proprietária de terra.

Costa (2023) destaca que uma das principais características dessas elites era a busca por sintonia com as “práticas refinadas e modernas da Europa”, entendidas como sinais de civilização e cultura. A defesa de reformas sanitárias presente em *O Crepúsculo* insere-se em um debate mais amplo que atravessava a sociedade baiana desde as décadas anteriores. Um exemplo emblemático desse conflito foi a chamada Revolta da Cemiterada, ocorrida em Salvador em 1836, quando setores da população destruíram o recém-inaugurado Cemitério Campo Santo em protesto contra a proibição dos enterramentos no interior das igrejas. Como demonstra João José Reis (1991), a revolta expressava a resistência popular às reformas urbanas inspiradas em princípios higienistas, que buscavam reorganizar práticas tradicionais em nome da saúde pública. O artigo “Hygiene: inconvenientes das inhumações no centro das povoações” (1846, ED. 11, V. 1, p. 164), publicado em *O Crepúsculo*, ecoa diretamente esse debate ao defender que os sepultamentos dentro das cidades constituíam um “abuso prejudicial à sociedade” e que a saúde pública deveria ocupar posição central nas políticas governamentais:

Noz países civilizados, onde se respira a liberdade, e onde o engrandecimento humano é par das ciências tende à maior amplidão, nenhuma cousa tem por demais merecido a atenção dos governantes do que a saúde publica. [...] Porém todo isto é nada em comparação com os grandes males provindos d’uma pratica tão antiga, quanto prejudicial entre nós; queremos fallar das inhumações dentro das Igrejas e no interior das povoações. [...] chameremos a atenção de todas as authorities, e de todas as pessoas, que podem melhorar o nosso estado social, e ampliar o nome e illustrações brasileiras.

Ao tomar a Europa como modelo de civilização e ao associar a higiene ao progresso nacional, o periódico revela como setores da elite letrada baiana incorporavam o discurso científico europeu para legitimar reformas urbanas e redefinir práticas sociais profundamente enraizadas. Nesse sentido, os textos do jornal não apenas refletiam discussões médicas, mas participavam ativamente da formulação de um projeto de modernização que procurava reorganizar os costumes da sociedade em nome da civilização e do progresso.

O debate sobre higiene pública presente nas páginas de *O Crepúsculo* revela mais do que uma preocupação médica com a salubridade urbana. Ao criticar os sepultamentos realizados no interior das igrejas e das povoações, o periódico participa de um processo mais amplo de redefinição das práticas sociais à luz do saber científico. A saúde pública é apresentada como fundamento do progresso nacional e como objeto privilegiado da ação governamental, aproximando o discurso médico de uma agenda de modernização urbana. Nesse sentido, a discussão sobre higiene e sepultamentos evidencia a emergência de uma nova forma de intervenção intelectual na sociedade, na qual médicos e homens de letras reivindicam para si o papel de intérpretes e reformadores da realidade social.

No Brasil oitocentista, essa perspectiva permite compreender a emergência de uma elite letrada vinculada a instituições acadêmicas e científicas que, por meio da produção intelectual e da circulação de ideias na imprensa, buscava afirmar sua autoridade na interpretação da sociedade e na formulação de projetos para o país. Segundo Schwarcz (2005, p. 19), “[...] em seu esforço de adaptação, atualizou o que combinava e descartou o que de certa forma era problemático para a construção de um argumento racial no país”.

Ao mesmo tempo, no plano imperial, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, representou um marco decisivo na tentativa de organizar uma narrativa histórica nacional. Como mostra Schwarcz (2005), o IHGB não se limitou a reunir documentos e a escrever a história do país: ele participou ativamente da construção de uma memória nacional homogênea, articulando herança europeia, centralização política e hierarquização racial. A narrativa nacional produzida pela instituição frequentemente buscava integrar os “outros” nacionais, especialmente indígenas e negros, em uma ordem hierárquica, subordinada aos ideais de civilização.

Paralelamente, consolidavam-se instituições fundamentais para a produção de saberes e para a organização de projetos de nação. Na Bahia, o desenvolvimento científico encontrou importante espaço institucional na Escola de Cirurgia, fundada em 1808, posteriormente transformada em Faculdade de Medicina, em 1832. Pereira (2005) aponta que as teses defendidas nessa instituição eram fortemente influenciadas por correntes científicas europeias e dedicavam especial atenção a temas como higienização, saneamento e organização urbana. Esses pressupostos não permaneceram restritos ao centro político do Império. Eles circularam, foram apropriados e reinterpretados em diferentes províncias, influenciando a produção intelectual local. A Bahia participou ativamente desse movimento, e a imprensa tornou-se um dos principais instrumentos de formulação, circulação e legitimação desses discursos. Nesse sentido, a imprensa deve ser compreendida não apenas como fonte para a reconstituição do passado, mas como agente histórico ativo. Como afirmam Martins e Luca (2012), ela é, ao mesmo tempo, objeto e sujeito da história brasileira. Os periódicos não apenas registravam acontecimentos, mas também organizavam visões de mundo, legitimavam posições políticas e contribuíam para a formação da opinião pública.

A formação da imprensa brasileira esteve, desde o início, ligada a mecanismos de controle estatal. As primeiras tipografias funcionavam sob vigilância da Coroa e eram submetidas à censura prévia, justificada pela necessidade de proteger a moral, os bons costumes e a fidelidade dos súditos. Segundo Jesus (2004), os impressos deveriam restringir-se à publicação de novidades de interesse público, descobertas úteis, avisos, despachos civis e militares e matérias destinadas a facilitar e desenvolver o comércio. A comissão de censura criada em 1811, composta por representantes da Coroa e da Igreja, evidencia a preocupação em impedir que a imprensa se convertesse em espaço autônomo de contestação política. Ainda assim, logo se percebeu que os impressos podiam funcionar como instrumento ágil de propagação de ideias e de inserção das províncias no mundo político.

A partir da flexibilização da censura, especialmente após 1821, a imprensa conheceu um processo de expansão. Como destacam Martins e Luca (2012), não eram necessários grandes recursos para fazer circular um jornal, e essa relativa acessibilidade contribuiu para ampliar o público leitor e o interesse pela

leitura. Nesse contexto, os periódicos passaram a desempenhar papel decisivo na constituição de uma esfera pública em transformação, funcionando como meios de comunicação que não apenas transmitiam informações, mas exprimiam valores, interesses e projetos de sociedade. Como observa Barros (2023), o jornal deve ser entendido como meio de comunicação, e não apenas de informação, justamente porque participa da produção de sentidos e influencia a opinião pública.

Nesse contexto surgiu a primeira tipografia particular da Bahia, fundada por Manuel Antônio da Silva Serva, português de Vila Real, que chegou a Salvador em 1772 e, autorizada pela Corte em fevereiro de 1811, estabeleceu sua tipografia. Dessa tipografia nasceu inicialmente a *Gazeta Idade d'Oro do Brazil* (1811-1813), que, a partir do número 54 passou a ter um caráter “oficial”, vinculando-se aos interesses da administração régia. A imprensa estatal também se estruturou a partir da Tipografia Nacional da Bahia (1823-1831), posteriormente renomeada Tipografia Imperial e Nacional da Bahia. Entre os periódicos produzidos por essa tipografia destacam-se: *O Constitucional Bahiense* (1823-1828) e *O Liberal* (1823-1824). A partir dessas experiências consolidou-se uma imprensa baiana diversificada, cujos redatores e jornais adquiriram grande relevância intelectual.

O primeiro periódico baiano com características formais de revista de variedades foi *O Spectador Brasileiro*, publicado em 1814. A partir desse marco, consolidou-se na Bahia um conjunto de jornais de opinião que desempenharam papel decisivo na circulação de ideias políticas e na discussão pública. Entre eles destaca-se *O Semanário Cívico* (1821-1823), editado por Joaquim A. S. da Silva, Veiga e Diogo, cuja redação incluía Francisco José de Almeida. O periódico expressava posições políticas específicas e situava-se em confronto direto com outros grupos, como os vinculados ao padre Francisco Mont Alverne.

Em 1821, *O Semanário Cívico* transformou-se em *O Diário da Bahia*, jornal de grande repercussão na vida política da província. O periódico atuou de forma decisiva nos debates e embates do período, permanecendo ativo até 1833. Após sua interrupção, ressurgiu em 1837 sob liderança de Francisco Sabino Vieira, que utilizou o jornal como plataforma para defender os ideais revolucionários associados à Sabinada. Nesse momento, o periódico recuperou seu título tradicional de *Diário da Bahia* e reafirmou sua função política no cenário baiano. Assim, a trajetória desses jornais revela a centralidade da imprensa na Bahia oitocentista como espaço de sociabilidade intelectual, disputa ideológica e construção de

representações políticas. A periodicidade, o estilo editorial e a durabilidade das publicações constituíram elementos-chave para a legitimação de discursos e para a formação de um público leitor engajado nas transformações históricas do período.

É nesse ambiente de expansão da cultura impressa e de fortalecimento das instituições científicas que emerge o chamado jornalismo científico. Schwarcz (2005, p. 200) o define como um vocabulário que “escapa dos receituários para alcançar as análises da realidade social”, produzindo uma nova forma de compreensão e representação da sociedade. Na Bahia, esse movimento esteve diretamente ligado à Faculdade de Medicina e à atuação de médicos e homens de letras que passaram a utilizar a imprensa como espaço privilegiado de intervenção pública. Como assinala Salles (2023, p. 162), esses médicos-literatos defendiam que “precisamos das letras para nosso adiantamento”, revelando o entrelaçamento entre ciência, literatura e o projeto de modernização.

O jornal *O Crepúsculo* insere-se precisamente nesse movimento. Já em sua primeira edição, o periódico expressava o incômodo de seus autores com o que consideravam ser o atraso cultural da Bahia, em contraste com a vitalidade intelectual atribuída à capital do Império. Ao mesmo tempo, reconhecia explicitamente o papel da imprensa na formação dos costumes e na difusão da civilização. Periódicos como *O Crepúsculo* não devem, portanto, ser lidos apenas como repositórios de textos, mas como práticas sociais e intelectuais, produzidas em contextos específicos e atravessadas por interesses, visões de mundo e disputas simbólicas. Neles, a imprensa aparece como espaço privilegiado de elaboração de diagnósticos sobre a sociedade e de projeção de futuros nacionais orientados pelos ideais de ciência, progresso e civilização.

Nessa perspectiva, compreender a história da imprensa baiana do século XIX significa também compreender a formação de um campo intelectual no qual diferentes grupos buscavam afirmar sua autoridade para interpretar a sociedade e indicar seus rumos. O desenvolvimento da imprensa em Salvador esteve, assim, profundamente vinculado à consolidação de elites letradas, à institucionalização do saber científico e à formulação de projetos de modernidade. É nesse horizonte que *O Crepúsculo* deve ser situado: como parte de uma imprensa que não apenas acompanhou as transformações do período, mas participou

ativamente da construção de representações sobre a nação, o progresso e os lugares sociais de seus diferentes sujeitos.

1.2. O *CREPÚSCULO*, MÉDICOS, HOMENS DE LETRAS E O JORNALISMO CIENTÍFICO.

O que se conhece por periódicos atualmente é bem diferente da imprensa desse período. Desde as primeiras publicações, os periódicos tinham formato pequeno, com poucas páginas e poucos anúncios, as temáticas dentro das seções eram misturadas, o cotidiano se misturava com questões sociais, políticas, poesias entre outros temas. Durante a primeira metade do século XIX, homens letrados encontraram na imprensa periódica um veículo para expor as produções literárias.

A imprensa em meados do século XIX teve um papel fundamental para a representação e transformação social, como na circulação de ideias, na formação de identidades coletivas e como um meio de construção da opinião pública. Esse período foi de intensas mudanças políticas, econômicas e culturais, através do avanço das ideias científicas e do fortalecimento dos Estados-nação e das revoluções sociais. Outra característica desse período foi a popularização dos jornais, deixando de ser apenas um instrumento das elites e se expandindo para um público mais amplo. Nesse contexto, os jornais passam a ser uma ferramenta de debate sobre os rumos políticos, econômicos e, principalmente, social e cultural do país. Ao abordarem temas como moral, bons costumes, literatura, ciência e urbanização, os jornais fizeram com que se expandisse o interesse do público para um jornalismo mais realístico.

Para Barros (2023) além de serem lidos, os jornais têm como intuito captar as massas, por meio dos textos com temáticas que abrangem diversos assuntos do interesse público. Os escritores do jornal *O Crepúsculo* já tinham essa mesma compreensão, no ano de 1846 no volume 1 edição 10, escreveram: “A imprensa periodica é também um dos seguros e dos mais rapidos meios de operar a educação do povo”. Como consequência da Faculdade de Medicina ser o único centro superior de ensino da Bahia, o jornal *O Crepúsculo* surge a partir de acadêmicos e médicos-literários, em 2 de agosto de 1845, como um “periódico instrutivo e moral” da “Sociedade Instituto Literário”. Após seis meses o nome mudou

para “Instituto Literário da Bahia”. O *Crepúsculo* foi um jornal de pequeno formato, que esteve em circulação entre os anos de 1845 a 1847, até julho de 1846 foi publicado quinzenalmente, em um ano de circulação, contou com dois volumes. Em agosto de 1846 não houve publicações, de modo que o volume III teve início em setembro deste mesmo ano, com publicações mensais. A última edição publicada foi em fevereiro de 1847.

Assim, O *Crepúsculo* não foi apenas um veículo de divulgação científica ou literária, mas um instrumento de poder simbólico e cultural. Seu sumário, ao mesmo tempo variado e coerente, revela o esforço de um grupo em definir o que seria o “homem civilizado”, o “cidadão instruído” e o “Brasil moderno”. Entre o discurso do progresso e as sombras do escravismo, o jornal encenou o próprio “crepúsculo” de uma ordem antiga que ainda resistia à luz do novo.

Esses médicos além de atuar na profissão tinham como objetivo de desenvolver conhecimento científico, os estudos produzidos pelos acadêmicos se baseavam em correntes científicas europeias. Na segunda metade do século, os discursos positivistas se incorporam aos ideais daquela sociedade, fazendo com que se exaltasse a ciência, o trabalho e a ação do homem. Essa nova visão de mundo trouxe mudanças socioculturais, buscando enquadrar a sociedade soteropolitana nos moldes definidos pelas elites europeias. Como observa Santos (2022), nas teses de doutoramento da Faculdade de Medicina da Bahia nota-se que os estudos eram respostas às problemáticas sociais. Como um núcleo acadêmico na capital baiana, abordaram questões que afetam a maior parte da população, como moradia, alimentação, condições de trabalho, entre outros assuntos do cotidiano. Essas preocupações demonstram que esse grupo não estava isolado dos acontecimentos culturais e políticos de Salvador.

Percebem-se essas características no jornal O *Crepúsculo*, onde o mesmo declarava abertamente em suas páginas o progresso do país por meio da cultura e da leitura. As informações presentes nos textos jornalísticos buscam transmitir em conjunto com a comunicação de valores e ideias, promovem a interação e a modificação dos valores políticos e econômicos.

O *Crepúsculo* teve uma boa recepção tanto no meio acadêmico quanto para os leitores não acadêmicos. O “conceito e fama” (Salles, 2023, p. 166) se deu por alguns motivos, primeiro pela militância inovadora fora da cidade do Rio

de Janeiro por um grupo de literatos, pelas ideias progressistas e que abordava diversos temas do cotidiano e de diferentes classes. E também, pelo reconhecimento por meio de uma carta do Almeida Garrett, Primeiro Visconde de Almeida Garrett, escritor e dramaturgo romântico português, que expressou: “Eu faço votos sinceros pela prosperidade e adiantamento: e rogo a V.S. o especial obsequio de oferecer por minha parte a essa ilustre associação, estes meus votos, e a expressão verdadeira de toda minha consideração e estima” (O Crepúsculo, 1846, Ed. 11, v. 1).

Das trinta edições publicadas, apenas três não tinham dezesseis páginas, sendo elas: a número cinco do volume I, de 10 de outubro de 1845; a número vinte e quatro, do volume II, de 25 de julho de 1846; e a número seis do volume III, de fevereiro de 1847. A pesquisa não identificou características que as diferenciam das demais publicações. Entre 1845 e 1846, os colaboradores do jornal assinavam os textos apenas com as suas iniciais ou com seus sobrenomes; em 1847 a partir da primeira edição, quando o jornal adquiriu um formato de revista, os nomes dos escritores aparecem por completo. O Crepúsculo foi um jornal de pequeno formato, até julho de 1846 foi publicado quinzenalmente, em um ano de distribuição contou com dois volumes. Em agosto de 1846 não houve publicações, de modo que o volume III teve início em setembro deste mesmo ano, com publicações mensais. A última edição publicada foi em fevereiro de 1847.

Seus principais fundadores já exerciam influência na vida cultural e social baiana, sendo eles majoritariamente brancos e jovens médicos ou acadêmicos de medicina. O *Crepúsculo* contava com vinte e dois colaboradores. Salles (2023, p. 163) identificou os autores que eram médicos:

Abílio César Borges, Hipólito Perret, Manuel Ladislau Aranha Dantas, Tiburtino Moreira Prates, Joaquim Antônio da Rocha, Manuel Carigé Baraúna, Manuel Genésio d'Oliveira; Demétrio Cyriaco Tourinho, Pedro Antônio de Oliveira Botelho, Ascânio Ferraz da Mota, Antônio José Alves, Antônio Januário de Faria, Pedro José de Abreu, Antônio Pereira de Mesquita.

Já os colabores que não eram médicos eram:

Os religiosos Frei Manuel de S. Caetano Pinto e Pe. Eutychio Pereira da Rocha, o militar e historiador Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva, o gramático e filósofo João da Veiga Murici, o engenheiro Francisco Barbosa de Araújo, além de João Gualberto de Passos e Aristide Ferraz Moreira, possivelmente acadêmicos.

Dos autores do jornal *O Crepúsculo*, alguns se destacam pela importância no meio médico e outros no campo acadêmico. Abílio César Borges (1824-1891), médico e educador brasileiro, consolidou-se como uma das figuras centrais do debate educacional na segunda metade do século XIX. Conhecido posteriormente como Barão de Macaúbas (título recebido em 1884), Borges articulou um projeto pedagógico profundamente alinhado às transformações políticas e intelectuais do Segundo Reinado. Como assinala Souza (2015), sua atuação deve ser compreendida no interior de um contexto no qual o “progresso” aparecia como palavra-chave e horizonte de expectativas para diversos grupos sociais do oitocentos brasileiro.

Borges criticava práticas tradicionais de ensino baseadas no encarceramento, nos castigos corporais e no emprego de expressões consideradas “injuriosas”, especialmente no trato com crianças. Para ele, tais métodos eram incompatíveis com uma educação que pretendia formar sujeitos civilizados e moralmente aptos à vida em sociedade. Essa perspectiva se alinhava à ideia, então em expansão, de que a infância constituía etapa fundamental do desenvolvimento humano e, portanto, deveria ser objeto privilegiado de políticas educacionais. Sobre isso, Teixeira (1952, s/p) afirma:

Batalhou por um ensino inteligente e prático, pelo ensino direto das línguas vivas, contra os programas excessivos e absurdos, contra o ensino direto de regras de moral e, no curso secundário, soube compreender que os estudos da língua nacional, da matemática e da história deviam constituir o seu núcleo fundamental.

Em suas reflexões sobre a escravidão, Borges afirmava que a presença do trabalho escravo produzia o “triste espetáculo da mendicância sem esforço continuado” (Borges, 1880, p. 22). Segundo ele, o cativo representava um obstáculo direto ao avanço educacional e moral da sociedade, pois formava indivíduos submetidos, privados de autonomia, e comprometia a construção de uma coletividade capaz de sustentar o progresso. Assim, a defesa de métodos pedagógicos modernos articulava-se, em sua obra, a uma crítica à escravização e aos efeitos degradantes que ela produzia tanto nos escravizados quanto na sociedade que dela dependia.

A educação escolar, para Borges, constituía um espaço decisivo para a difusão de novos ideais. Inspirado pelas discussões da geração de 1870, defendia o ensino para todos como fundamento de uma nação livre e progressista.

Para Borges, “Emancipar um povo sem instruí-lo é colocá-lo de olhos vendados à beira do precipício” (Borges, 1880, p. 13), frase que sintetiza sua convicção de que não poderia haver verdadeira liberdade sem formação intelectual. A instrução pública, nesse sentido, não era apenas instrumento de ascensão individual, mas projeto nacional de civilização.

Entre os temas prioritários de sua atuação destacam-se a educação infantil, a abolição dos castigos corporais e a rejeição de métodos autoritários, elementos que buscava substituir por práticas didáticas mais racionais e humanizadoras. Sua obra revela tanto uma crítica ao atraso pedagógico quanto uma tentativa de forjar, por meio da educação, o tipo de sujeito necessário para uma sociedade que aspirava integrar-se aos padrões “civilizados” do século XIX. Assim, Abílio César Borges emerge como um agente central no movimento de renovação educacional do período imperial, articulando pedagogia, política e moralidade em torno de um projeto de modernização que buscava redefinir os fundamentos da sociedade brasileira. Com um olhar para os efeitos de Abílio César Borges após sua saída do jornal, percebe-se que, em *O Crepúsculo*, já se manifestava uma preocupação em modificar os hábitos culturais de Salvador.

Não se pode negar a busca dos colaboradores, em seus textos, em atingir o reconhecimento europeu, mostrando que o Brasil era um país do progresso e da cultura, mesmo estando em um regime escravocrata. Manuel Ladislau Aranha Dantas (1810-1875), apesar de ser oriundo de família pobre, foi um dos médicos de maior prestígio da Bahia, recebeu o Hábito da Ordem de Cristo por serviços prestados durante a epidemia de cólera, foi conselheiro do Imperador e membro do Conselho da Instrução Pública da Bahia. Integrou uma geração de médicos cuja atuação ultrapassou o campo estritamente clínico, envolvendo-se de maneira ativa nos debates políticos, na administração pública e na institucionalização do saber médico na Bahia do século XIX.

De acordo com Júnior e Castro (2006), ao longo de sua trajetória, Dantas ocupou diferentes funções: atuou na Guerra do Paraguai, serviu como cirurgião ajudante da Guarda Municipal Permanente da Bahia e exerceu cargos na Comissão de Higiene Pública da Bahia, chegando a presidi-la interinamente, desempenhando papel central nas políticas sanitárias e urbanas da província. Sua inserção institucional incluiu também a atuação como sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o que evidencia sua circulação nos

ambientes letrados e sua participação na construção de narrativas sobre civilização, ciência e identidade nacional.

Dantas formou-se doutor em novembro de 1833, e desenvolveu uma carreira docente marcada pelo vínculo entre medicina, ciência e política. Sua atuação pública, entretanto, foi marcada por posturas mais conservadoras, alinhadas às tendências moderadas das elites baianas. Essa posição política dialogava com seu papel como agente de institucionalização da medicina e de manutenção da ordem social vigente, caracterizando-o como uma figura importante na engrenagem administrativa e intelectual da Bahia imperial.

Tiburtino Moreira Prates (1830-1875) nasceu na Vila de Monte Alegre (Bahia), em 1830, e formou-se médico pela Faculdade de Medicina da Bahia, apresentando em 11 de dezembro de 1856 a tese intitulada *Identidade de Espécie Humana*. Inserido no ambiente letrado e científico do século XIX, Prates destacou-se pela escrita de sua tese, intitulada “Identidade da Espécie Humana”:

Uma outra classe ludibriada até pelos seus próprios progenitores é a dos mulatos, cuja inteligência tem sido muitas vezes amesquinhada por homens dominados por preconceitos [...] Apesar de alguma rivalidade que há ainda entre brancos e mulatos, estes, ou pela grande parte que tiveram na luta de nossa Independência ou por seu número predominante, ou pelo que quer que fosse, no Brasil gozam de consideração e podem elevar-se a altos lugares quando a fortuna os ajuda”. Para cravar: “Mais de cem estudantes frequentam a Escola de Medicina: a metade são incontestavelmente mulatos. (PRATES apud JACOBINA, p. 411)

Segundo Júnior e Castro (2006), em sua tese, Prates propõe uma defesa enfática da unidade da espécie humana, posicionando-se contra teorias poligenistas que fundamentavam hierarquias raciais amplamente difundidas no período. No prólogo, ele critica o “uso desumano e cruel de submeter os povos indígenas e d’África ao jugo da escravidão”, ressaltando que essa condição degradante estruturou a sociedade brasileira. O objetivo declarado do autor era contribuir para que todos os brasileiros reconhecessem seu pertencimento a uma “mesma família”, perspectiva que buscava sustentar pela via da autoridade médica.

Ao longo de sua argumentação, Prates articula elementos científicos da época para justificar que não haveria diferenças essenciais entre os seres humanos. A conclusão da tese enfatiza esse ponto, sugerindo que, uma vez demonstrada a unidade da espécie, “nenhum escrúpulo obstará mais ao branco de estender a mão ao negro, como irmão de uma mesma família” (PRATES apud JACOBINA, p.411) . Trata-se de uma formulação que, embora universalista, está

atravessada pelas ambivalências do pensamento científico oitocentista: a defesa da igualdade coexistia com pressupostos civilizatórios que posicionavam padrões europeus como referência.

Prates integrou a geração de médicos que articulavam o saber científico, intervenção pública e participação ativa na imprensa, atuando como redator do periódico *O Espelho* entre 1858 e 1859. A atuação de Tiburtino Moreira Prates como médico e redator revela, portanto, o papel central dos intelectuais baianos na construção de discursos sobre unidade racial, civilização e reforma social, encerrado com seu falecimento em 1888. Sua tese e sua participação na imprensa permitem compreender como se articulavam saberes científicos, política e ideologias de modernidade.

Entre os colaboradores de *O Crepúsculo* também se destacam Antônio Januário de Faria (1822-1883), um médico que se tornou professor pela Faculdade de Medicina, foi membro do Conselho do Imperador e Comendador da Ordem de Cristo e o militar português Inácio Accioli de Cerqueira e Silva (1808-1865). Cerqueira e Silva foi um cronista-mor do Império do Brasil e produziu importantes estudos históricos, geográficos e etnográficos do Brasil (2011). *O Crepúsculo* (1845, ed.1, v1, p. 2) fez questão de demonstrar seu diferencial em relação aos periódicos em circulação em Salvador durante esse período, o jornal tinha como proposta estar acessível a todas as classes, como exemplifica a citação:

Os periodicos, que possuímos, especialmente dedicados ao commercio e á politica, so a essas classes podem servir; seo alto preço não permite, que com facilidade possam ser lidos por pessoas menos abastadas, alem de quem a influencia dos partidos, de que elles são sempre revestidos, afasta muitas vezes grande numero de leitores, e por consequente nao podem ter desejavel divugação.

Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva (1808-1865) foi uma figura de destaque no universo intelectual do século XIX. Nascido em Coimbra, Portugal, integrou-se plenamente à vida cultural e política do Brasil imperial, país cuja nacionalidade escolheu adotar. Sua trajetória vinculou-se diretamente ao projeto de construção de uma identidade histórica e letrada para a nação, razão pela qual foi reconhecido contemporaneamente como uma verdadeira “honra do Império do Brasil”. Sua atuação no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do qual foi membro sócio, inscreve-o no círculo seletivo de homens de letras que, ao longo do oitocentos, contribuíram para formular narrativas sobre o passado e orientar os rumos do pensamento intelectual brasileiro.

Um colaborador de grande destaque do *O Crepúsculo* foi o Padre Eutíquio Pereira da Rocha, que nasceu em 1820 e faleceu em 1880. Destacou-se como uma presença singular na vida intelectual e social da Bahia oitocentista. Ordenado sacerdote, dedicou-se ao ensino de moralidade e fundou um colégio de instrução secundária, no qual lecionava filosofia, demonstrando sua inserção no circuito letrado e sua preocupação com a formação intelectual da juventude.

Como homem negro atuando em uma sociedade profundamente marcada pelo escravismo, sua presença em espaços elitizados, especialmente nos jornais, tradicionalmente dominados por homens brancos, representou uma ruptura simbólica e prática com as normas raciais da época. Seu acesso à imprensa permitiu que ele explorasse e expusesse as contradições sociais e políticas do período, tornando-se uma voz dissonante e, ao mesmo tempo, referência para setores populares e para parte da elite ilustrada. De acordo com Tavares (2017), muitos de seus escritos reagiam com ironia aos preconceitos raciais direcionados a ele. Eutíquio ao afirmar publicamente sua condição de homem negro e letrado, funcionava como crítica às estruturas sociais, ao mesmo tempo em que reivindicava legitimidade intelectual.

Porém, sua postura provocava tensões. Eutíquio foi acusado por adversários de “infligir injúrias” e de instigar conflitos, supostamente contrariando a Constituição e os ideais imperiais. Essas acusações revelam a resistência da sociedade escravista em aceitar um homem negro com autoridade moral e visibilidade pública. Porém, mantinha prestígio entre diversos grupos, sendo admirado tanto por camadas populares quanto pela elite política e ilustrada da província. Seu prestígio, contudo, enfraqueceu após celebrar batismos de filhos naturais de escravos e de famílias de elite, gesto que tensionou profundamente as barreiras raciais e sociais da época.

A trajetória de Eutíquio Pereira da Rocha ilumina aspectos centrais da vida intelectual baiana na primeira metade do século XIX. Sendo citado pelo professor Manoel Querino na revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1923), no capítulo intitulado *Os homens de côr preta na história*. Sua atuação demonstra que, mesmo dentro de estruturas fortemente excludentes, sujeitos negros encontraram meios de intervir na esfera pública letrada, disputando significados, desafiando preconceitos e ocupando espaços que, até então, lhes eram sistematicamente negados. No panorama mais amplo da imprensa oitocentista,

Eutíquio representa uma figura fundamental para compreender como raça, educação, moralidade e política se entrecruzavam no processo de formação das representações sociais no Brasil imperial.

Demétrio Cyriaco Tourinho (1826-1888) ultrapassou o campo estritamente clínico e alcançou também a esfera intelectual, política e jornalística do século XIX. Sua trajetória revela um profissional engajado na construção de uma medicina alinhada aos ideais de modernidade científica, ao mesmo tempo em que participava ativamente da vida pública e das discussões sobre os rumos da sociedade brasileira.

Como participante dos debates acadêmicos de seu tempo, Tourinho articulou reflexões consistentes sobre epistemologia médica, métodos de investigação e formação científica, posicionando-se diante das principais correntes teóricas do período. Essa postura evidencia sua inserção em uma elite intelectual que buscava racionalizar a prática médica e integrá-la a um projeto mais amplo de progresso e reforma social. De acordo com Junior e Castro (2006) em seus escritos, Tourinho manifesta a defesa de uma observação clínica disciplinada, crítica e independente de sistemas rígidos, o que o aproxima das tendências ecléticas que marcaram a medicina oitocentista.

Sua atuação, no entanto, ultrapassou o espaço acadêmico. Tourinho foi sócio do Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro (IHGB), instituição fundamental para a formulação de narrativas sobre a história e a identidade nacional. Participou também do dinamismo da imprensa baiana, sendo fundador do *Diário da Bahia*, periódico no qual propagava ideias abolicionistas e liberais, contribuindo para a circulação de projetos políticos de modernização e cidadania. Além disso, esteve entre os fundadores da *Gazeta Médica da Bahia*, veículo de grande relevância para a divulgação científica e para a consolidação de uma comunidade médica letrada no Brasil.

Para Jesus (2018) João Veiga Murici (s.d.), se destacou no panorama intelectual baiano oitocentista como gramático e filósofo de sólida formação humanística. Atuante sobretudo entre as décadas de 1860 e 1890, dedicou-se intensamente ao magistério, lecionando disciplinas diversas das humanidades, com especial dedicação à Filosofia, área na qual demonstrava profundo domínio conceitual. Sua prática docente o inseriu no ambiente letrado que buscava consolidar novos padrões de ensino, promover a formação intelectual da

juventude e fortalecer uma cultura erudita alinhada a projetos de modernização do Império.

A relevância de João Veiga Murici também é reconhecida por Manoel Querino, que o menciona em “A Bahia de Outrora: Usos e festas populares” como um verdadeiro “homem de letras”. Tal caracterização evidencia não apenas a versatilidade de sua atuação intelectual, mas também o prestígio entre seus contemporâneos. Murici representa, assim, uma geração de educadores e pensadores que, no contexto baiano do século XIX, articulou ensino, filosofia e erudição como instrumentos fundamentais para a construção de uma esfera pública ilustrada.

Hipólito Perret (s.d.) foi um francês que realizou uma excursão pelo sul da Bahia na década de 1840, permanecendo por um período entre grupos indígenas da região, especialmente aqueles identificados como “ferrões”. A partir dessa experiência, produziu uma série de artigos sobre os camacãs, publicados no noticiário quinzenal *O Crepúsculo* entre 1845 e 1846.

O jornal *O Crepúsculo* foi escrito por pelo menos vinte e dois colaboradores, de modo que os textos eram escritos e distribuídos em diferentes seções, o que Barros (2023) chama de “Polifonia de textos”. Esse aspecto torna o jornal uma produção multiautoral, que representa uma identidade, um estilo e uma tendência de um posicionamento político. No caso do *O Crepúsculo*, através de artigos científicos foi possível criar um espaço para a cultura e discutir questões sociais. *O Crepúsculo* não foi pioneiro na escrita de um jornal-literário, o primeiro jornal a circular na Bahia foi “Variedades ou Ensaios de Literatura”, de 1812 com apenas duas edições. Outros jornais surgiram após a Independência, mas todos com pouca duração. Fora *O Crepúsculo*, o jornal-literário com mais relevância era o *Mosaico*, que circulou entre os anos de 1844 a 1846, foi dirigido por Tiburtino Prates que depois dirigiu *O Crepúsculo*.

Na primeira edição do volume um de 1845, o próprio Abílio César Borges escreveu sobre os letrados baianos terem iniciado através do jornal *O Mosaico*. *O Crepúsculo* se colocou como substituto do *O Mosaico* para levar a cultura para a população. O destaque do *O Crepúsculo* está justamente em seus escritores que demonstraram seus interesses e suas preocupações com questões sociais e políticas nas páginas do jornal. Mesmo com a polifonia de textos

percebe-se a construção de uma mesma narrativa que se baseia no progresso e avanço cultural. Ao mesmo tempo, mesmo por se tratar de um jornal-literário, acaba por narrar o cotidiano da cidade de Salvador e de seus habitantes.

Percebe-se a influência que os médicos acadêmicos exerciam nos projetos de construção e modernização da sociedade brasileira na primeira metade do século XIX. Inspirados pela confiança crescente na ciência como meio fundamental para o progresso, esses profissionais acreditavam possuir poder e influência para definir e representar os conceitos morais, higiênicos e de civilização. A medicina que até então, era uma prática fragmentada, se tornou um saber científico organizado e legitimado pelas instituições acadêmicas. Nos centros urbanos, como Salvador, os médicos passam a interferir nas questões como moradia, saneamento básico, alimentação e comportamento. Esses discursos se baseiam que o corpo doente era um reflexo de uma sociedade desorganizada e suja, de modo que os médicos tinham poder de cura moral e física dessa sociedade.

Na Faculdade de Medicina da Bahia nota-se esse discurso voltado principalmente à preocupação com a saúde pública e reforma urbana. Também representou um marco na formação de médicos que participaram ativamente na sociedade e na política baiana, principalmente através de textos jornalísticos que orientavam e influenciavam a população para novas mudanças sociais. Os jornais se destacam por mostrar uma sociedade em movimento, por debater e registrar as contradições e idealizações do processo de modernização do país. Esses discursos possuíam o intuito de conduzir a sociedade ao progresso e a modernidade, a postura dessa nova elite intelectual embora tivesse boas intenções também trazia o desejo de controle social e moral, que mostrava a complexidade entre esses discursos científicos e as representações das categorias sociais. A forte presença de uma população negra desafiava a implementação dos modelos europeus de modernização que se baseiam na homogeneização cultural e no embranquecimento. As revoltas e rebeliões demonstraram que Salvador não se modernizava de forma pacífica, ao contrário, misturavam-se às tensões e com projetos de civilização que contrastavam com as exclusões e a desigualdade.

Nota-se como *O Crepúsculo* aproveitou o destaque dos jornais literários para propagar e divulgar os ideais que os autores acreditam serem necessários para o progresso da sociedade, percebe-se também que os autores tinham como intuito a aproximação política e social com os ideais vindos da Europa,

de modo, que é isso que a pesquisa se propõe compreender, como os escritores do *O Crepúsculo* relacionavam essas ideias com a população negra e como eram apresentados dentro dos textos jornalísticos, e mais importante, como o discurso criado por essas instituições científicas definiam o lugar social dessas populações negras dentro da sociedade. *O Crepúsculo* se apresentava como um jornal que defendia o fim da escravidão e que expressava em suas páginas as atrocidades cometidas contra os escravizados, mas em quais categorias essas populações deveriam estar em uma sociedade moderna e civilizada. Para o segundo capítulo, a pesquisa se volta para analisar os textos jornalísticos dentro do *O Crepúsculo* que abordam as questões raciais e a população negra dentro da sociedade baiana.

CAPÍTULO II: ESCRAVIDÃO, MODERNIDADE E REPRESENTAÇÃO NAS PÁGINAS DO *CREPÚSCULO*.

Na década de 1840, o jornalismo literário já era um meio consolidado como um espaço privilegiado para a divulgação de ideias, valores e discursos que buscavam moldar a sociedade brasileira dentro dos parâmetros de modernização europeu. Muito além de um exercício de escrita ou de interesse pela literatura, esses “homens de ciência” procuravam expressar nos jornais um projeto de progresso e uma auto afirmação intelectual e moral. Ao combinarem ciência, literatura e crítica social, esse grupo intelectual não apenas divulgava seus conhecimentos técnicos, mas também modificavam os costumes, atuando como mediadores entre o conhecimento científico e o cotidiano popular. Assim, a utilização da literatura em *O Crepúsculo* não possuía apenas uma função estética, mas também em tornar o saber científico mais acessível.

Analisaremos os textos de *O Crepúsculo* a partir da interpretação de Capelato (1988) compreendendo a imprensa como mediadora entre projetos políticos e a opinião pública, atuando na seleção e hierarquização de temas que circulam no espaço público. Nessa perspectiva, o jornal não é mero transmissor de informações, mas um agente ativo na definição da agenda social, legitimando determinadas pautas e mantendo outras restritas a círculos específicos. Tal função implica um papel regulador, capaz de influenciar a construção de consensos e de moldar percepções sobre a nação.

Neste capítulo será utilizado o conceito de representação, de acordo com Chartier (2011), esse conceito é determinado pelas relações que os indivíduos têm com o mundo social. Para o autor, em primeiro lugar estão a classificação e a hierarquização que produzem a representação da realidade. Em segundo lugar, estão as práticas que permitem reconhecer uma identidade social. Ou seja, a representação de uma sociedade vai variar de acordo com a forma como essa sociedade se divide e se classifica, essa hierarquização está relacionada com interesses daqueles que possuem mais influência, e como eles vão definir como essa sociedade é reconhecida. Essas representações influenciam como a sociedade os reconhece e os trata, sua representação social é também sua realidade social, o acesso a certos espaços e oportunidades depende dessa construção.

Essas representações estão sujeitas ao poder e à dominação daqueles que querem transmitir seus discursos para legitimar seus interesses, portanto, dentro das disputas por representação de um coletivo, busca-se uma determinada concepção de mundo social. Chartier (1990) reconhece que as representações não são apenas reflexos da realidade, mas formas de produzi-la, são mediadoras entre o mundo material e o simbólico. Compreendemos que essa representação de alguém ou de algo não é necessariamente uma imagem fiel e idêntica, mas sim uma imagem construída, e essa construção se forma a partir do outro. Assim, neste momento busca-se identificar quais as representações que esse grupo intelectual baiano utilizou para abordar as temáticas da escravidão, da modernidade, da identidade de nação e de cidadania.

A análise será desenvolvida em duas frentes interligadas. Em um primeiro momento, serão examinadas as edições que abordam a escravidão e a população negra, com o intuito de compreender como *O Crepúsculo* tratava essa instituição central na sociedade soteropolitana oitocentista. Em seguida, a pesquisa se dedicará à investigação do ideal de progresso e modernização proposto pelo periódico, considerando os valores e referências mobilizados em seus textos. Por fim, serão analisadas as representações de povo e nação presentes no jornal, com o objetivo de identificar se e como as populações negras eram contempladas, ou excluídas, do projeto de Brasil moderno delineado por seus articulistas.

2.1. O PROJETO EDITORIAL DO O CREPÚSCULO.

A análise do conjunto das publicações evidencia a atuação de um grupo de letrados vinculados à Faculdade de Medicina da Bahia, cujos escritos projetavam ideais de instrução, progresso e civilização. Nessa perspectiva, o sumário funciona não apenas como instrumento de consulta, mas também como documento histórico que revela as representações de saber e autoridade simbólica produzidas pela imprensa baiana do século XIX no periódico *O Crepúsculo*. As publicações, portanto, buscam conjugar descrição e interpretação, oferecendo uma visão abrangente das edições de *O Crepúsculo* e do modo como o periódico se inseriu nos debates intelectuais e morais de seu tempo.

Por se tratar de um impresso do século XIX, *O Crepúsculo* foi produzido em preto e branco, com tipografia característica da época, incluindo letras

ornamentadas no título e sem qualquer tipo de publicidade ou anúncios. Na primeira edição do periódico, no topo da página foi identificado o Volume I, a data, “AGOSTO 2 DE 1845”, e o número da edição: 1. No cabeçalho lê-se, em destaque, “O *CREPUSCULO*”, seguido do subtítulo “*Periódico instructivo e moral*”, e da indicação de vínculo institucional: “Da Sociedade Instituto-Litterario”. Esses elementos já explicitam o caráter pedagógico, moralizante e associativo da publicação, bem como sua inserção em um projeto coletivo de produção intelectual. Logo abaixo do cabeçalho encontra-se o título “PREFACIO”, que introduz um texto extenso disposto em duas colunas, formato típico da imprensa oitocentista.



Figura 1: O Crepúsculo, Volume I, edição 1, 1845.

O ano de 1845 marca o início das atividades do periódico e define o tom de sua proposta intelectual. A primeira edição, de 2 de agosto, apresenta textos de caráter científico, literário e moral: “Phrenologia” e “Ecologia” abrem a edição com discussões sobre as faculdades humanas e o estudo da natureza; “A França” e “O Progresso” tratam da educação como via para o desenvolvimento nacional, e o texto “Despedida” encerra o volume com tom sentimental e romântico.

Assim como no volume 1, o segundo volume possui a data no topo da página, o ano de 1846 à esquerda e o mês e dia à direita. As edições do ano de

1846, além de darem início ao volume 2, também apresentam modificações na estética do cabeçalho de *O Crepúsculo*. Há uma gravura central no topo, representando livros, instrumentos e símbolos do saber. O título “O CREPUSCULO” aparece em letras grandes e ornamentadas, seguido do subtítulo “Periódico instructivo e moral”, e da identificação institucional “Do Instituto Litterario da Bahia. A página está organizada em duas colunas de texto corrido, com tipografia regular e parágrafos longos. O artigo de abertura, também intitulado “O Crepusculo”, funciona como um texto programático.

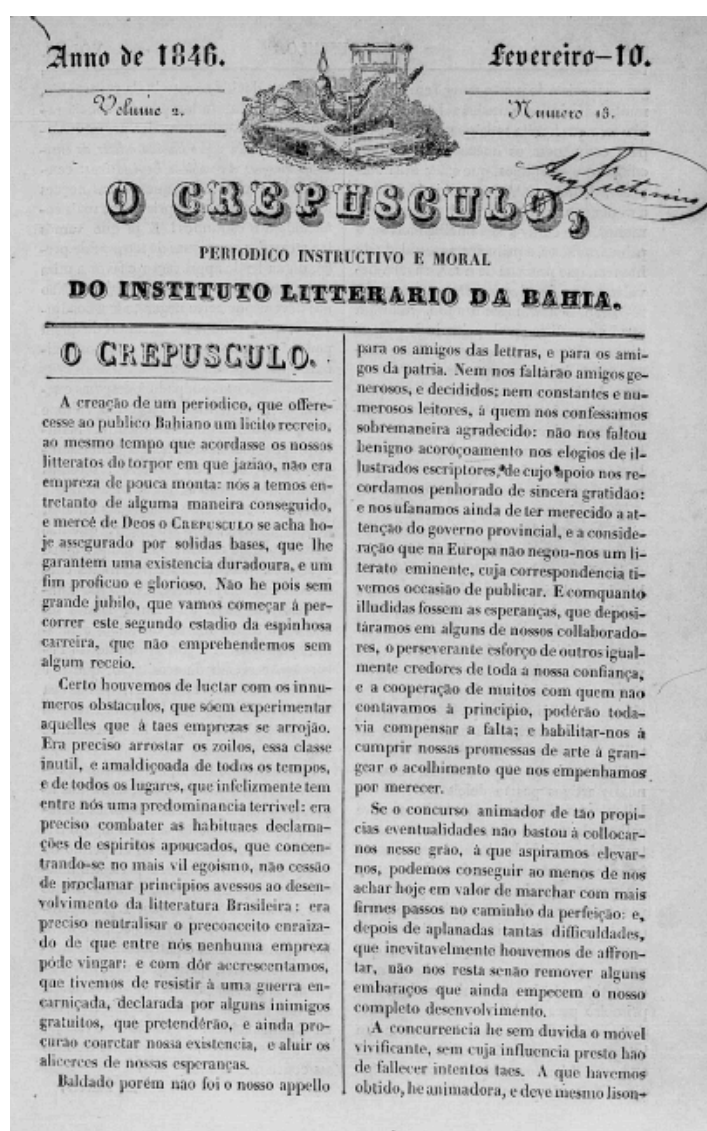


Figura 2: O Crepúsculo, Volume 2, edição 13, 1846.

O ano de 1846 amplia o alcance temático do jornal, reforçando seu caráter enciclopédico e moralizador. A presença de textos filosóficos evidencia o esforço de apresentar o jornal como mediador entre o conhecimento erudito e o

público leitor. As publicações de 1846 refletem uma visão de mundo fundada na racionalidade, na ordem e no equilíbrio entre progresso e tradição. O periódico atua como um espaço de representação, onde o saber científico e o discurso moral produzem e legitimam formas de autoridade e distinção social. A imprensa, nesse contexto, é entendida como instrumento de formação das sensibilidades e de organização simbólica da sociedade.

Ainda nesse mesmo ano, iniciam-se as edições do terceiro volume do periódico. No cabeçalho, lê-se “Anno de 1846”, à esquerda, e “Setembro”, à direita. Logo abaixo, constam “Volume 3º” e “Número 1”, indicando o início de um novo volume da publicação. Ao centro do topo aparece uma nova gravura: uma mulher, um livro aberto com a inscrição “Historie”, um ramo à esquerda, uma pena, um instrumento musical cruzado e uma estrela. O título “O CREPUSCULO” surge em letras grandes, ornamentadas, seguido do subtítulo “*Periódico instructivo e mora*” e da identificação “Do Instituto Litterario da Bahia”, reafirmando o caráter pedagógico, moralizante e associativo do jornal, bem como seu vínculo com uma instituição letrada organizada. Abaixo do cabeçalho, inicia-se o texto principal sob o título “INTRODUÇÃO”, impresso em destaque. O conteúdo está disposto em duas colunas de texto corrido, com parágrafos longos e linguagem formal. Em 1847, *O Crepúsculo* atinge sua maturidade editorial, reunindo textos de forte densidade científica e filosófica.

Anno de 1847. Janeiro.

VOLUME 3.º NUMERO 5.º

O CREPUSCULO,

PERIODICO INSTRUCTIVO E MORAL

DO INSTITUTO LITTERARIO DA BAHIA.

Mem. de Borges

MEMORIA SOBRE A MINERAÇÃO DA PROVINCIA DA BAHIA, DESDE 1836 ATÉ 1840 &c. &c.—

POR ABILIO CESAR BORGES.

(Vide n.º 3 deste vol.)

CAPITULO 3.

REITERAÇÃO DEBARRATEIRA.

SANTO IGNACIO.

Fallámos no capitulo passado, hem que succintamente (porque não foi proposto nosso o entrar em minucias) da exploração do ouro: vamos agora satisfazer o que então havíamos prometido aos leitores, isto é, tratar da exploração dos diamantes.

O Alferes Antonio Rodrigues Matta, natural de Minas Geraes, que já tinha trabalhado nas lavras diamantinas desta provincia, fôra, assim como todos os outros, atraído pela grandiosa reputação das minas do *Assurua* e do *Gentio*: ali depois de muito minerar, não contente do resultado que obtinha, porque não presenciava as subidas vistas com que viera, procurou ver si mais propicia lhe a fortuna seria em outra parte. Deixou com effeito este ponto, e discorreu sosinho por todas as visinhas serranias. Mais observava elle, e examinava o aspecto das terras por onde ia passando, mais se entrava da completa parecença d'ellas com as de sua provincia em que se encontra o diamante; não teve por tanto duvida de alli achar o precioso mineral, o que foi grandemente confirmado em seus primeiros experimentos, (1) á onze leguas do *Assurua*,

na continuação norte da mesma serra, em um sitio denominado *Tomandá*. Muito bem succedido foi nestes ensaios, e tanto que ali construiu logo sua cabanasinha, com intenção de minerar occultamente por todo o tempo que podesse; mas não tardou muito a que fosse descoberto pelos mineiros do ouro, os quaes prestes o unirão desprezando aquella riquissima lava, para se pasarem ao logar do novo descobrimento.

O grande numero de mineiros que então affluirão para esta nova mina, os obrigou a espalharem-se em diferentes direcções, pois o terreno diamantino tem ali muitas leguas de extensão; porém a mór parte d'elles se dirigiu ao logar nomeado *S. Ignacio*, cujo nome tomou a lava, porque foi justamente neste ponto que se estabeleceu a povoação.

A marcha que notámos nas duas lavras tratadas, aqui teve logar: principiárho as habitações por simples ranchos, ou cabanas, cobertos e emparedados de palhas; erão iguaes os hábitos dos mineiros; e por isso escuso de mais me occupar com esse objecto.

Gosto era ver a actividade que ia por esta lava, o holicio do povo que por ella se observava:—não caminharíeis por aquellas estradas vinte passos sem encontrardes, já combois trazendo mantimentos e fazendas de todas as especies, já escoteiros que para lá se encaminhavão a fim de comprarem as pedras, já finalmente mulheres de todas as classes, meninos, velhos, a pé, á cavallo, &c. &c.—Comparando as estradas de *S. Ignacio* com carreiros de formigas, em que umas vão e outras voltão incessantemente, sempre se embarrando, tereis uma justa idéa do movimento, que ali se notava. E

(1) Em Junho de 1839.

Figura 3: O Crepúsculo, Volume 3 edição 3, 1847.

O discurso científico é reinterpretado à luz da moral cristã, e a literatura se torna veículo de elevação espiritual e disciplina afetiva. A reiteração de temas como filosofia, medicina e religião demonstra a intenção de fundar um espaço intelectual capaz de ordenar o mundo social segundo os ideais da razão e da virtude. Ao mesmo tempo, a inserção de textos sobre mineração, saúde pública e povos indígenas traduz a tentativa de inscrever a Bahia nos debates sobre progresso e a modernidade. *O Crepúsculo*, assim, reflete o processo de apropriação seletiva dos valores modernos por um grupo que via na ciência e na imprensa instrumentos de poder simbólico e distinção social. A totalidade das edições de *O Crepúsculo* (1845—1847) permite compreender o periódico como um artefato

cultural que participa da construção das representações sobre saber, civilização e identidade nacional no Brasil oitocentista. A imprensa oitocentista constituiu-se como um campo privilegiado para a formulação de interpretações sobre o destino da nação e sobre os limites da cidadania no interior do projeto civilizatório em construção. Nesse sentido, analisar as representações da escravidão e da população negra nas páginas de *O Crepúsculo* permite compreender de que maneira os ideais de progresso e modernidade defendidos pelo periódico dialogavam com as hierarquias sociais e raciais que estruturavam a sociedade soteropolitana na primeira metade do século XIX.

2.2. REPRESENTAÇÕES SOBRE OS NEGROS E A ESCRAVIDÃO NO JORNAL O CREPÚSCULO

Durante a primeira metade do século XIX, a escravidão era amplamente debatida, justificada e contestada nos jornais. A imprensa foi uma importante ferramenta tanto na sustentação quanto na contestação do regime escravocrata. Os discursos presentes nesses jornais refletiam os interesses econômicos, políticos e ideológicos da sociedade soteropolitana. No decorrer deste século, a imprensa se tornou mais engajada, os jornais começaram a se tornar um espaço para os intelectuais debaterem e mobilizar a sociedade civil. Analisar o contexto em que uma fonte impressa foi produzida é fundamental para compreender os motivos que levaram à divulgação da informação daquela maneira e identificar os interesses, declarados ou ocultos, que orientaram sua publicação.

A pesquisa selecionou trechos do jornal *O Crepúsculo* que abordam discursos voltados para a temática negra. O periódico *O Crepúsculo* sempre manifestou em suas páginas um discurso semelhante à ideia de modernidade apresentada pela Europa, dentro desse discurso do moderno, percebe-se que a temática da escravidão não estava inserida em uma sociedade progressista. De modo que era comum nos textos jornalísticos deste periódico questionamentos como um país moderno ainda estaria utilizando a mão de obra escravizada e, principalmente, qual seria o lugar dessa população em uma sociedade moderna e civilizada. Na edição número 4, do volume 3, de dezembro de 1846, o Dr. Ascanio F. da Motta no texto “A indústria entre nós” (p. 49 e 51), escreve sobre os incentivos à indústria no Brasil imperial:

O texto “A Indústria entre nós” encontra-se na primeira página e pertence ao conjunto de artigos produzidos pelo “Instituto Litterario da Bahia”, seção que aparece com frequência em *O Crepúsculo* para divulgar textos científicos, econômicos e morais de autoria de médicos e bacharéis associados ao Instituto. Trata-se de um ensaio de caráter científico e político-econômico, voltado à discussão da indústria nacional e do trabalho no Brasil, em especial o trabalho escravizado. O artigo inicia discutindo os “privilégios exclusivos” concedidos pelo governo provincial a empresas e inventores, ponderando sobre a necessidade de estímulos mais amplos à inovação e ao mérito individual.

O texto problematiza a concessão de privilégios exclusivos às empresas, para o autor, embora possam parecer promissoras, essas ações, muitas vezes não trazem os resultados desejados. Motta reconhece que o Brasil ainda é um país no qual a indústria ainda não está consolidada, e sugere que em vez de privilégios exclusivos o Estado ofereça prêmios para aqueles que trouxeram inovações úteis à sociedade. Para o autor, o desenvolvimento da indústria é visto como um caminho para afastar os danos da escravidão e o atraso agrícola.

A concessão de privilégios exclusivos tem sido até hoje encarada por nossos legisladores, principalmente d'Assembléa Provincial d'esta terra como um dos mais poderosos meios de dar incremento e força ás empresas industriais; entretanto convem notar, que nem sempre semelhantes vantagens se podem esperar de taes concessões e pelo contrario em muitos casos devem d'ellas resultar males incalculaveis.

[...]Tratamos agora d'um objecto, que entre nós existe, e do qual pode-se affigurar dimanam não menos males phisicos do que moraes, e igualmente perigosos á cultura, e finalmente da nossa civilisação queremos fallar da escravaria.

Em um folheto publicado o anno passado o seu illustre auctor tratou de demonstrar (como muito bem o fez) o damno, que vinha ao povo brasileiro de serem empregados nas artes e na marinha os escravos: esses prejuízos se estendem igualmente á agricultura, e se applicão a todas as classes, em que semelhantes individuos são occupados. De feição ninguém ahi haverá, que ignore, que qualquer trabalho entregue em mãos escravas não póde ser perfeito, não póde ter aquelle cunho de bondade, que tem o de mãos livres; por isso que, a razão é clara, o primeiro não trabalha para si, não lhe pode por tanto em nada importar a maior ou menor perfeição de sua obra, que sempre valerá o mesmo; em quanto o segundo lucrará mais quanto melhor trabalhar; quanto mais depressa concluir sua obra; e da necessidade de lucrar mais pela maior perfeição e brevidade de seu serviço nascerá o descobrimento d'uma machina, a invenção d'um processo ou methodo qualquer, que lhe possa taes vantagens subministrar.

Compreendemos esse texto como uma crítica indireta à escravidão, em que o autor sugere que o trabalho livre seria mais digno, produtivo e útil do que o trabalho escravo. Já que o trabalho livre permitiria uma maior dedicação e inovação, pois os trabalhadores teriam motivações individuais para o aperfeiçoamento da

profissão. Essa discussão pode ser analisada a partir das reflexões da historiadora Lilia Schwarcz (2005, p. 111) onde “a combinação de um saber evolucionista com a doutrina católica resultava em uma postura que, ao mesmo tempo em que condenava, e oferecia soluções”, o texto expressa que os escravizados não apenas sofrem “dano e prejuízo”, mas também rebaixam a dignidade do ofício. Assim, a falta de trabalhadores livres e qualificados é atribuída diretamente ao sistema escravista, com a falta de incentivo à industrialização, o país sofre com a ausência de máquinas e trabalhadores especializados. Ao citar “O governo do Brasil, reconhece os males da escravidão” (Motta, 1846, p. 50), observamos o entendimento de que a abolição da escravatura era uma reforma urgente para a economia e moral da nação.

Essa ideia do fim da escravidão proposta por Motta dialoga com as pesquisas feita por Sidney Chalhoub (2012), o autor demonstra que no período se defendia promover o fim da escravidão de forma gradual, para que aos poucos esses escravizados se tornassem trabalhadores livres e integrantes da sociedade, mas com um período de adaptação, tanto para o trabalhador como para a indústria. O trabalho livre e assalariado é o caminho para o Brasil se igualar ao desenvolvimento da Europa e dos Estado Unidos, compreendemos que a motivação principal de Motta é de natureza religiosa e moral, mas seus ideais abolicionistas estão diretamente ligados a fatores econômicos e de prosperidade industrial. A escravidão que por muito tempo foi vista como algo necessário, se mostra como uma instituição injusta e economicamente retrógrada que limitava as verdadeiras possibilidades do homem. Assim como demonstra Motta:

É demais sabido, que as classes, em que tem se introduzido como trabalhadores os escravos, tem sido pelos livres desamparadas, não só por isso lhes virem em grande damno e prejuizo de seus interesses, do que supponho não haver necessidade de o demonstrar, como por que um officio em que o emprego d'escravos é reputado geralmente, é de nenhum crédito e decencia; de maneira alguma ali existe, que deseje perder semelhante consideração, e se não julgue humilhado e envilecido posto em paralelo com pessoas, que não têm senão aquelle posto.

Entretanto com isto, que aqui acabamos de expor, não supponhamos alguém querer approvar a ideia da extincção do trafico, e do modo por que nosso governo tem procedido, pois bem longe de merecer nossos applausos, semelhante commercio tem acarretado sobre o nosso paiz, e não podemos sem muita afflicção e dor d'alma pensar um momento na sorte triste e desgraçada a que se achão reduzidos esses individuos qual é a da escravidão, seja-nos permittido fazer algumas observações sobre a medida do governo, na actualidade pouco julgada conveniente, da abolição do trafico; medida já decretada na carta de lei de 7 de Novembro de 1831.

Ninguem, que tenha conhecimento dos trabalhos rurais de nosso paiz, do estado de nossa lavoura, de nossas fabricas e estabelecimentos, de qualquer genero e natureza que seja, deixará de reconhecer a extrema

influencia, que n'elles tem a mão de escravos; de modo que affoutamente se póde dizer, que o cumprimento litteral e exacto da lei de abolição do trafico importaria a decadencia e completa morte de nossa riqueza e prosperidade. Não queremos entretanto com isso dizer, que o escravo é o mais habilitado para fazer florcer a agricultura e as artes entre nós, nem que os Brasileiros sejam inaptos dos serviços, com que elles reclamão mas o que intendemos, e insistimos suppomos que alguem nos conteste, é que para a prosperidade e desenvolvimento d'essas diversas bases de riqueza e felicidade nacional é de mister o emprego effectivo e constante de muitos individuos de cor nas pensões, e nisso ninguém deixará de concordar connosco, que sem braços indispensaveis a esses diversos serviços e no Brasil excessivos, não temos ainda n'outros meios, que possam nos suprir as agriculturas, de dias futuros.

À medida que o texto avança, Ascânio F. da Motta articula o discurso econômico ao debate sobre a escravidão, argumentando que o uso de mão de obra escravizada representa um entrave à prosperidade econômica, à moral e à civilização do país. O autor defende que o trabalho livre é mais produtivo, mais moral e mais condizente com o “espírito da civilização moderna”, associando a libertação do trabalho à ideia de progresso nacional. Essa linha argumentativa aproxima o texto da vertente liberal reformista da elite baiana, que via a abolição gradual do tráfico e a reorganização do trabalho como elementos necessários à modernização do Império. Ao final, o artigo expressa um apelo humanitário e civilizacional: o fim do tráfico de africanos e o reconhecimento da dignidade do trabalho livre são apresentados como condições para que o Brasil se equipare às “nações cultas”.

Por isso suppprimir essa fonte, d'onde vem alguns trabalhadores sem risco de ficarem d'ahi reduzidos ao mais deploravel e triste estado de miseria. O governo do Brasil, reconhecendo os males da escravidão, devia antes de abolir esse recurso desesperado, que a necessidade creára, providenciar de modo que á falta d'elle não succedesse a miseria, e a execução d'esta medida fosse convenientemente dirigida. D'este modo não sentiriamos essa falta, por que outro meio nos teria sido dado; reconheceria a bondade de sua intenção e não se poderia accusar de ter querido promover a desgraça da humanidade, muito embora de soccorrel-a nos não possam vir senão prejuizos e atrasos.

Nós pensamos que o verdadeiro modo de acabar com o trafico de africanos, d'extinguir d'ua vez esse commercio vil e da carne humana, e não só no Brasil, mas em todo o Mundo inteiro, seria entabolarmos com os miseraes, levando e seus mais remotos sertões a civilização, que tanto lhes falta. Para tá crusada d'estas é de que contamos com o ardor de nossa alma ver contribuírem a França, a Inglaterra e o Brasil e finalmente todas as nações.

No trecho que faz referência à cruzada, nota-se um objetivo ideológico, articulando o liberalismo oitocentista, o cristianismo e o colonialismo em torno de uma suposta missão civilizadora. A ideia de catequizar os africanos visava aproximá-los dos padrões culturais europeus. Compreendemos esse trecho a partir do conceito de *orientalismo*, formulado por Edward Said, que estabelece uma

distinção ontológica e epistemológica entre “Oriente” e “Ocidente”, fundamentando práticas discursivas e políticas que representam o Outro como incapaz e atrasado. Nesse sentido, no artigo redigido por Motta, a condenação do tráfico é fundamentada em argumentos de matriz cristã, preservando, contudo, as concepções raciais e a lógica de difusão cultural predominantes no contexto europeu do período. Essa construção, sustentada por instituições, vocabulário erudito e representações literárias, legitima a missão civilizatória da Europa, atribuindo aos povos assim descritos a necessidade de tutela e intervenção para que assim possam ser catequizados e alcancem a civilização.

Ainda nos textos que abordaram a escravidão como instituição, na edição 15, do volume 2 de 1846, nas páginas 39 e 40, o autor C. J. Gomes de Sousa citou o poema chamado O Escravo, atribuído ao poeta Magalhães:

O Escravo:
 Das mãos do Eterno o dom mais precioso
 Tu recebeste a doce liberdade.
 És homem como nós de um Deus és filho.
 [...]
 E tu já lhe obedeces e um gemido
 Soltas do peito triste amargurado.
 [...]
 Porque razão, tirano, é que me roubas
 O que o homem no mundo mais estima?
 Aquilo q'se Deus não desse ao homem,
 Jamais poder algum lhe concedera!
 A doce liberdade.

O texto que acompanha o poema também em formato e tom de poesia, faz uma denúncia sobre a dor física do cativo e a violência moral e espiritual sofrida pelos escravizados. Ao utilizarem termos como “homens como nós” e “filhos de Deus”, os argumentos utilizados por Sousa se voltam para os discursos abolicionistas cristãos, apresentando os donos de escravizados como usurpadores de um direito natural e divino: a liberdade. A liberdade é apresentada como um direito divino, colocando a escravidão como um crime perante a Deus. Este texto busca representar os escravizados para além de uma instituição econômica, mas como seres dotados de sentimentos e direitos naturais.

Os textos publicados nessas páginas revelam um uso deliberado da literatura como instrumento de formação moral e intervenção social no contexto baiano oitocentista. Predomina um registro poético e retórico que articula sensibilidade, religião e razão, conferindo à palavra impressa uma função pedagógica clara. A crítica à escravidão é construída a partir de uma matriz cristã e

humanista, que afirma a unidade da espécie humana e define a liberdade como dom divino, enquanto atribui a escravização à ambição e à tirania dos homens, e não à ordem natural. Esse enquadramento permite ao periódico condenar a escravidão sem romper frontalmente com a linguagem moral dominante, tornando o discurso aceitável e eficaz junto a um público letrado. Ao mobilizar emoção, compaixão e princípios universais, os textos reforçam o projeto civilizatório do jornal, no qual literatura, moral e progresso caminham juntos, e a imprensa se apresenta como espaço privilegiado para a construção de sensibilidades antiescravistas e de uma modernidade moral no interior do Império brasileiro.

O artigo apresenta o movimento abolicionista e o discurso religioso como parte de um projeto de “reconstrução da vida nacional” (Azevedo, 1996, p. 91). Nessa formulação, a liberdade não aparece como conquista política dos próprios escravizados, mas como concessão mediada por princípios morais e teológicos. Ao associar a emancipação à vontade divina, Sousa desloca o protagonismo dos sujeitos escravizados e inscreve sua libertação em uma lógica tutelar, na qual a autonomia plena se torna estruturalmente limitada. Desse modo, a liberdade é concebida menos como direito e mais como dádiva, reforçando uma hierarquia que mantém os ex-escravizados sob a autoridade simbólica daqueles que se colocam como seus mediadores.

D. J. A. Rocha, na edição 20, volume 1 de 1846 na página 118 e 119, na seção de literatura intitulada “Aplicação das leis da natureza às leis dos homens”. O autor faz uma crítica a uma série de instituições, práticas e costumes que, embora sejam considerados como legais ou naturais em diferentes culturas e épocas, são por ele consideradas crimes ou desvios morais:

Bem, pois esta lei a quem se attribue tão pouco poder, tem bastado para envelhecer o povo o mais industrioso, e, talvez o mais intelligente de todo o globo. Entrai na escola de um litterato Chinez (diz um escriptor allemão), orgulhoso de seu saber de quatro mil annos, elle vos dirá que a terra é uma superficie chata e quadrada, cujo centro occupa a China, que o sol não se levanta senão sobre esta parte do mundo, e que os outros povos abandonados do céu, errão por aqui e por acolá nas bordas dos abysmos, sem intelligencia, e quasi sem luz, como vê-se os Esquimaus sobre as praias desoladas do oceano. Assim segue-se o globo é quadrado, a terra é chata... O imperio do meio compõe sómente o universo, e o sol não brilha senão para os chinezes... eis aqui o fructo da lei que os separa do genero humano.

E nem crêde, que esta abjecção não reaja senão sobre a intelligencia; elle reage sobre sua moralidade tambem: ella os precipita na ignorancia do Creador; e este é O maior mal que eu conheço sobre a terra. Um povo que não conhece nada do paiz que habita, nada dos povos que o cercão não póde fazer uma idéa justa nem das leis geraes da natureza, nem dos

benefícios da Providencia, nem da gloria de Deos. Agoniando-se assim os povos, concede-se-lhes por este mesmo facto o direito de desconhecer e desrespeitar a VERDADE.

Pode-se julgar, por este exemplo, da influência que exerceria sobre a civilização e a civilidade do globo a mais simples applicação das leis da natureza. [...] todas as idolatrias erigidas em religião, o infanticídio, a concubinação, a polygamia, as mutilações, a escravidão, estas letras do oriente as castas, os privilégios, os captiveiros, as vassalagens, o celibato dos padres, as reclusões monasticas, os suicídios religiosos esses vícios, essa degradação mesmo da Europa civilizada a pena de morte [...] todos esses crimes jurídicos, todos esses assassinatos gloriosos [...] vão-se desvanecer já diante da lei da natureza, como as trevas diante do sol.

O trecho transcrito constrói uma crítica contundente às formas de isolamento intelectual, religioso e político que, segundo o autor, afastam os povos daquilo que define a verdadeira civilização. A noção central que organiza o argumento é a “lei da natureza”, apresentada como princípio universal capaz de orientar simultaneamente a razão, a moralidade e a organização social. Em oposição a ela, surgem as “leis” particulares como costumes, tradições, dogmas religiosos e estruturas sociais, que produzem ignorância, atraso e degradação moral.

A imagem do “litterato Chinez”, mobilizada como exemplo retórico, cumpre uma função pedagógica e comparativa. Ao representar a China como um espaço fechado em si mesmo, orgulhoso de um saber antigo, porém incapaz de reconhecer o mundo exterior, o texto critica não apenas um caso específico, mas todo sistema cultural que se recusa ao intercâmbio, à ciência moderna e à universalidade do conhecimento. Trata-se de uma crítica ao tradicionalismo e ao apego a saberes considerados imutáveis, vistos como obstáculos ao progresso intelectual.

No plano político e social, o autor amplia o argumento ao afirmar que a ignorância produz o “direito de desconhecer e desrespeitar a VERDADE”. A “verdade” aparece grafada em maiúscula, como valor absoluto, associada à razão natural, à ciência e à moral universal. A civilização, nesse sentido, não é definida por costumes ou tradições locais, mas pela adesão às leis da natureza, entendidas como princípios racionais e universais.

A idolatrias, o infanticídio, a poligamia, as mutilações, a escravidão, castas, privilégios, vassalagens, celibato clerical, reclusões monásticas, suicídios religiosos e pena de morte, revela a amplitude do projeto crítico do texto. Práticas associadas tanto ao “Oriente” quanto à “Europa civilizada” são colocadas sob o mesmo juízo, o que indica que o alvo não é apenas o atraso de povos considerados periféricos, mas também as contradições internas da própria civilização europeia. A

escravidão, incluída nesse contexto, é tratada como um “crime jurídico” e um “assassinato glorioso”, denunciando a violência legitimada pela lei e pelo costume.

Rocha fundamenta seu argumento na “lei da natureza” e na moral, que, segundo ele, condenariam tais práticas. O trecho indica que o autor interpreta a escravidão como parte de um sistema que tenderia a desaparecer com o avanço da razão e da ciência, em consonância com concepções iluministas de progresso. Nessa perspectiva, a escravidão é apresentada no mesmo plano que outras práticas consideradas superadas, o que a desloca do presente para um passado em processo de extinção. No interior desse debate, Azevedo (1996, p. 94) observa que o projeto de extinção da escravidão era apresentado de forma simplificada, sobretudo pela ausência de uma problematização mais aprofundada das divisões raciais. Tal enquadramento tendia a caracterizar a escravidão como uma herança histórica em processo de declínio, sem enfatizar as condições concretas e as dinâmicas sociais que a mantinham estruturalmente integrada à sociedade brasileira do século XIX. Por fim, a metáfora da luz “como as trevas diante do sol” sintetiza o horizonte utópico do texto: a crença de que a difusão do conhecimento racional e da lei natural levaria ao desaparecimento das formas de opressão, ignorância e violência.

Outro exemplo em *O Crepúsculo* no que se refere à abordagem da escravidão como instituição vigente é a temática do suicídio negro, que se destaca dentro de *O Crepúsculo*, esse tema aparece em dois momentos e com duas perspectivas diferentes. A primeira aparece em 1845, na edição 10, no volume 1, páginas 160 a 162, Moreira Prates apresenta que:

Para que o homem seja considerado em seu estado normal, he necessario, que as forças da intelligencia mantenhão um equilibrio com todas as potencias contrarias e destruidoras dos meios, com que elle preenche os fins para que foi lançado sobre a terra. Neste estado sempre o homem ama a vida, e a considera como o melhor dos bens; pois vive he o seu mais ardente desejo, como he a ordem da Divindade: mas, quando este equilibrio se rompe, o homem torna-se um ente sem destino, desastrado, que não he um bruto, porque tem alguma cousa de homem, mas não he um homem porque he quasi bruto. He só este ente alienado, que póde desprezar a vida, e encarar o nada sem tremer. Com effeito as circumstancias, que cercão a um attentado de suicidio, são sempre d'uma ou d'outra forma tendentes á perturbar esse equilibrio d'alma, que he o fundamento dos destinos do homem; á enfraquecer sua energia; á corromper suas faculdades; e á arrastá-lo á esse estado de abatimento, e de loucura, em que se extingue o instinto de sua propria conservação e felicidade.

O fragmento revela de maneira exemplar a articulação entre discurso moral, religioso e científico que caracterizava parte da produção intelectual oitocentista. Ao explicar o suicídio como resultado do rompimento de um suposto “equilíbrio da alma”, o texto mobiliza uma concepção médica e moral que associa racionalidade, ordem e civilização à integridade das faculdades intelectuais.

Embora Prates reconheça o sofrimento do escravizado, o suicídio é interpretado como um erro ou como resultado de uma crença considerada infundada, e não como expressão de resistência ou de decisão autônoma sobre a própria vida. Neste enquadramento, o africano é representado como vítima de suas próprias condições e percepções, sem atribuição de agência plena ao ato. Assim, mesmo ao reconhecer a dor dos escravizados, o autor não interpreta o suicídio como um gesto intencional de oposição ou enfrentamento.

Se o Africano, arrojado com nossas plagas pelo braço tyranno da cubiça, intenta acabar sua existencia, he porque as saudades da patria; os ferros oppressores do captiveiro; e a esperanza fanatica de voltar ao lugar de seo nascimento, se conspirão contra sua intelligencia, já enfraquecida assaz pela influencia de um clima abrasador, e pela carencia dos vigorantes soccorros da civilisação. O crime, ou a desgraça são de ordinario os mais crueis inimigos, que levão o homem á esse momento fatal, em que elle diz: *eu quero morrer!*[...]Se os irracionaes não se matão a si, he porque não sendo dotados de intelligencia, nunca ficão loucos. He mais um argumento a favor da opinião, que sustentamos, e nunca poderá servir aos nossos antagonistas. Por tanto o suicidio, longe de mostrar grandeza d'alma, he um signal de fraca intelligencia n'aquelle, que o perpetra: e se não fosse dependente de loucura, seria um crime horroroso, contra os decretos de Deos, e os interesses da humanidade: mas nunca poderia ser uma virtude. Lancemos comtudo uma lagrima sobre a sepultura do homem virtuoso, e desgraçado; do innocente calumniado, e perseguido; da virgem maculada pelo estupro; da esposa adulterada pela violencia; que despedaçando as cadeias profanadas, que os ligão á terra, appellão para o Céu!...

Nesse quadro interpretativo, o africano escravizado aparece simultaneamente como vítima das circunstâncias do cativo e como sujeito cuja inteligência seria enfraquecida pela ausência dos “socorros da civilização”. Tal formulação evidencia como a experiência da escravidão era interpretada por meio de categorias hierarquizantes que aproximavam civilização, razão e progresso de um modelo europeu de humanidade. Conforme demonstra Schwarcz (2005), a produção intelectual do século XIX frequentemente incorporou linguagens científicas para explicar a organização social e estabelecer distinções entre grupos, convertendo diferenças culturais e históricas em sinais de atraso ou inferioridade. Nesse sentido, mais do que descrever um fenômeno social, o texto participa da

construção de determinadas representações sobre a população africana e negra, revelando como discursos médicos e morais contribuíam para ordenar simbolicamente a sociedade e definir os limites daquilo que poderia ser reconhecido como civilizado.

Já na edição 11 do volume 1 de 1846 na página 172 na seção de literatura, o artigo “O Suicídio” é uma resposta crítica a uma posição anterior publicada por Moreira Prates, que havia abordado o tema do suicídio. Nesse trecho, o Dr. M. L. Aranha Dantas discorda da abordagem anterior e pretende oferecer um novo esclarecimento sobre o tema. O texto de Aranha Dantas constitui uma intervenção direta no debate público promovido por O Crepúsculo em torno do suicídio, posicionando-se criticamente em relação ao artigo anterior de Tiburtino Moreira Prates. Trata-se de um escrito polêmico, no sentido clássico do termo, que combina ciência médica, moral religiosa e filosofia social, revelando o caráter dialógico e conflituoso da imprensa letrada baiana do século XIX.

O eixo central da argumentação é a recusa da ideia de que o suicídio seja sempre e necessariamente resultado de alienação mental. Embora o autor admita a existência de casos em que o ato decorre de loucura, o que retiraria a imputabilidade moral do suicida, sustenta que, na maioria das situações, o suicídio é praticado em pleno uso da razão e deriva fundamentalmente da incredulidade, da libertinagem e da ignorância religiosa. Assim, Aranha Dantas desloca o problema do campo médico-psiquiátrico para o campo moral e espiritual, afirmando que a verdadeira causa eficiente do suicídio não é a patologia, mas a ausência de fé e de disciplina religiosa.

A religião cristã ocupa posição central nesse argumento. Para Aranha Dantas, a fé verdadeira não conduz ao suicídio, mas constitui justamente seu antídoto. Fanatismo e superstição são cuidadosamente distinguidos da religiosidade autêntica: enquanto os primeiros podem ser associados à loucura ou à ignorância, a fé viva e racional fortalece o indivíduo diante das adversidades da vida. O autor recorre a exemplos históricos e religiosos, como mártires cristãos, personagens da Antiguidade clássica e, sobretudo, a figura de Cristo, para diferenciar o suicídio, entendido como fuga egoísta da dor, do sacrifício voluntário em nome do dever, da pátria ou da humanidade. Essa distinção é fundamental para preservar o ideal cristão sem admitir qualquer legitimidade moral ao ato suicida.

Um dos trechos mais reveladores do texto é aquele dedicado aos africanos escravizados. Diferentemente de Tiburtino Prates, que explicava o suicídio de africanos a partir da loucura produzida pelo cativo e pela ausência de civilização, Aranha Dantas atribui tal prática quase exclusivamente à ignorância religiosa. Embora reconheça a crueldade da escravidão e denuncie com veemência o racismo, inclusive criticando duramente o preconceito racial em sociedades republicanas, como a anglo-americana, o autor mantém uma leitura paternalista, segundo a qual a religião cristã seria o principal instrumento de resignação e contenção do sofrimento. A libertação espiritual, e não a transformação das estruturas sociais, aparece como solução prioritária para a dor do escravizado.

Ainda a loucura, para explicar a frequência dos suicídios nos africanos arrancados de seu país natal pela avareza a mais cruel, que imaginar-se pode: eu explico isso, e muito melhor, pela ignorância da religião. Se o africano não ignorasse até as primeiras verdades da religião, de certo não procuraria desactivar-se de seu misero estado, cortando por suas mãos o fio da triste vida: conheceria que este mundo é um desterro, e esta vida uma peregrinação; reconheceria que aqui tudo é crisol ou castigo, recompensa ou precaução, e, conformando-se com a vontade de Deos, resignado levaria a sua cruz. Não tentariam contra os próprios dias nem esses mesmos ainda mais infelizes, que por cumulo de sua desventura fossem lançados nessa terra, onde o homem de cor é olhado como um ente estranho à humanidade, infame, indigno até do mais rápido emprego d'olhos do Anglo-Americano, de um cidadão republicano!!! só porque em suas veias circula sangue de negro, que para um republicano não é homem, é azemola!!!! Bárbaros! que desconheceis, que vossos escravos são vossos irmãos em Jesus Christo ! Desses infelizmente lambem os ha por cá; é verdade que em numero in-comparavelmente menor. E entre nós ha quem apregoe o governo de tal gente como o melhor, e suas instituições como as mais perfeitas, instituições que mantem em proveito, ou dos prejuisos, ou dos interesces de uma só classe, estas diferenças deploráveis, estas escandalosas incompatibilidades! Felizmente ninguém acreditara na sinceridade de taes insinuações.

Ao contrário da abordagem anterior, que apresenta o suicídio como um estado de loucura, Dantas defende que o suicídio é uma manifestação de fraqueza moral, de ignorância religiosa e a falta de civilidade. Para ele, a falta de religião é a melhor explicação para o suicídio, tanto para os europeus quanto para os africanos escravizados, pois nem mesmo o desespero causado pela escravidão poderia justificar esse ato. Embora Prates reconheça o sofrimento do escravizado, o suicídio é descrito como um ato motivado por erro ou por crença específica, sem ser caracterizado como uma manifestação de resistência ou decisão autônoma. Nessa perspectiva, o africano é apresentado como sujeito condicionado por seu contexto e percepções, não sendo o ato compreendido como oposição direta ou enfrentamento.

O historiador João José Reis (1991) demonstra que os suicídios de escravizados no Brasil oitocentista podem ser interpretados tanto como gestos de resistência extrema à condição de cativo quanto como eventos enquadrados, por senhores e autoridades, em narrativas de desordem moral ou pecado religioso. Sobre essa temática, Reis (1991) afirma que ao analisar registros policiais, judiciais e eclesiásticos, fica evidente que a leitura senhorial e clerical desses atos tendia a esvaziar seu potencial político, reduzindo-os a desvios individuais ou transgressões espirituais. Ou seja, a visão interpretativa revela como essas práticas e significados eram regulados por um sistema de valores que buscava preservar a ordem e reforçar normas de conduta moral e religiosa.

Em síntese, a intervenção de Aranha Dantas evidencia uma disputa de autoridade discursiva no interior de *O Crepúsculo*: de um lado, a tendência médico-científica a explicar o suicídio como patologia; de outro, a defesa de uma leitura moral-religiosa que preserva a noção de responsabilidade individual. O texto expressa os limites do projeto de modernidade defendido pelo periódico, mostrando como ciência e religião não se opunham de forma simples, mas competiam e se entrelaçavam na definição dos contornos da moral, da civilização e da vida social no Brasil oitocentista.

A análise dos textos do *O Crepúsculo* revela como o jornal articulou discursos sobre a escravidão, a liberdade e o trabalho dentro de um horizonte intelectual e político oitocentista, no qual elementos do liberalismo, do cristianismo e do colonialismo se entrelaçavam. A defesa do trabalho livre e assalariado, apresentada como caminho para aproximar o Brasil do desenvolvimento europeu e norte-americano, associava-se a argumentos morais e religiosos, mas também a expectativas de prosperidade econômica e industrial. A condenação do tráfico, fundamentada em princípios cristãos, preservava concepções raciais e um projeto civilizatório baseado na catequese e na assimilação cultural. Neste enquadramento, a religião era concebida como mediadora na incorporação dos africanos aos valores e normas da sociedade europeia do século XIX. Assim, os textos evidenciam como o periódico operava na construção de representações que conciliavam ideais de modernização e de uma concepção de identidade nacional.

2.3. O JORNAL O CREPÚSCULO: PROGRESSO E NAÇÃO, IDEIAS DE CIVILIZAÇÃO.

O ideal de progresso e nação apresentado por *Crepúsculo* é entendido como um processo contínuo de aperfeiçoamento moral, intelectual e material da sociedade. Inspirado nos ideais europeus, o jornal defende que a instrução pública, a ciência e a disciplina dos costumes são ferramentas fundamentais para promover a civilização. O periódico associa esse progresso à ordem, à religião e à família, considerados núcleos de formação do cidadão. O projeto de nação delineado pelo jornal vincula-se a esse modelo de progresso, no qual a pátria projetada é caracterizada de acordo com os conceitos morais do período. A figura do negro é retratada como dependente de catequese, educação e instrução moral para ser integrada às funções sociais da nação.

Abordaremos o termo “civilização” a partir da perspectiva de Norbert Elias (1994) na qual o conceito refere-se a uma variedade de fatos, como, por exemplo, os níveis tecnológicos, os costumes, o desenvolvimento científico e as ideias religiosas. Essas representações demonstram quais valores são legitimados e quais são marginalizados. O *Crepúsculo* por se tratar de um jornal de cunho científico, na edição 10 do volume 1 de 1845, na página 158, escrita por D. J. A. Rocha na seção de literatura, o artigo “Educação para adultos” chama a atenção por defender a educação como um direito universal, especialmente em um contexto de formação cívica e moral dos indivíduos.

O texto analisado apresenta um projeto de modernização social profundamente marcado pela articulação entre ciência, moral e ação do Estado, característica central do discurso reformista oitocentista veiculado pela imprensa letrada. Longe de propor a ruptura violenta com os costumes populares, o autor defende a necessidade de organizar a sociedade por meio de leis, regulamentos e instituições capazes de garantir a todos os membros da “família social” os meios para o desenvolvimento de suas faculdades naturais. O progresso, nessa perspectiva, não é concebido como simples crescimento econômico ou acumulação de riquezas, mas como um processo de harmonização entre o destino moral do homem e sua condição social, exigindo a conformidade entre ordem jurídica, costumes e vida cotidiana.

A centralidade atribuída aos costumes revela a compreensão de que a lei, isoladamente, é insuficiente para produzir uma sociedade estável e civilizada.

Para que o pacto social se efetive, é necessário que a vontade coletiva responda ao apelo da norma, animando-a por meio de práticas, hábitos e valores compartilhados. A moral, assim, surge como fundamento da vida social e como condição indispensável para o funcionamento das instituições. Essa concepção legitima uma visão pedagógica do Estado, apresentado como responsável não apenas por garantir liberdades formais, mas por orientar a sociedade em direção à felicidade coletiva, por meio da educação, da instrução e da disciplina dos costumes. Neste trecho há uma crítica à desigualdade educacional. Para esse autor, ao garantir a educação como um direito significa garantir também o pleno exercício da cidadania:

Não trato de violentar os costumes, os gostos, os hábitos do povo não o que exijo, e pelo bem de minha pátria o exijo, é que se assegure por leis, regulamentos, instituições, a todos os membros da família social, os meios de desenvolver suas faculdades naturais. Ajudar a natureza, favorecer seu jogo, regular sua tendência, estabelecer acordo entre o destino moral do homem, que é imperioso, e sua condição social que não o é menos. Eis aqui o que reduzo eu todo o empenho do legislador. Nenhum poder no mundo (Mr. Thiers na Câmara Francesa) é obrigado a tomar as nações ricas, nem de lhes procurar os meios da glória, mas todos estão obrigados a dirigir-os no interesse da moral, pois que os costumes somente tornam a sociedade possível. Para pôr a condição social em harmonia com o destino moral, é de mister, que, d'um lado, cada membro da família possa achar graça nas leis da associação em seus talentos, em seu trabalho achar igualmente os meios de uma existência honesta tudo porém d'acordo com a moral é de mister, d'outro lado, que a sociedade ache em cada um dos membros o concurso dos meios e dos sacrifícios que reclama a manutenção do pacto-social.

O texto expressa um diagnóstico moralizante do atraso social, atribuindo à ignorância, à rotina, aos preconceitos e à inércia parte significativa da miséria que afeta os trabalhadores. Embora reconheça problemas estruturais, como a ausência de infraestrutura e as falhas administrativas, o autor insiste na necessidade de corrigir vícios morais e culturais por meio da intervenção estatal e da educação social. A crítica às “más administrações” reforça a ideia de que o progresso depende de uma condução racional e moralizada do governo, capaz de articular interesses individuais e coletivos.

Para Rocha, o engrandecimento estaria associado à elevação intelectual e moral, embora a proposta de educação universal apresentada no jornal se mantenha em termos gerais. A iniciativa de educação para adultos é vinculada a um projeto de reforma social, estruturado a partir da ideia de que essa população deveria ser orientada, corrigida e instruída. Schwarcz (2005) exemplifica que a compreensão e a representação dessa sociedade eram entendidas como um corpo

doente que deveria ser curado, mas não em um sentido individual, e sim coletivo, uma nação fraca, que necessitava de intervenção. Esse discurso integra o ideal de progresso defendido por setores letrados, em que a educação é concebida como ferramenta de formação moral e como instrumento para a construção de uma sociedade caracterizada pela modernidade e pela disciplina.

Por fim, o texto aponta os limites de uma modernização restrita à legislação e aos regulamentos, defendendo a educação dos adultos e a formação contínua da sociedade como elementos essenciais do progresso. Ao denunciar a superficialidade de medidas meramente formais, reafirma-se a importância de uma pedagogia pública permanente, na qual a imprensa assume papel decisivo. Assim, o discurso analisado revela como *O Crepúsculo* se insere em um projeto de modernidade que combina ciência, moral e intervenção estatal, concebendo o progresso como um processo dirigido, gradual e profundamente dependente da formação ética e intelectual da sociedade brasileira oitocentista.

Em outra publicação, intitulada “As Letras no Brasil”, a literatura também é apresentada como símbolo do progresso nacional, na edição 12, no volume 1 de 1846 na página 186, o texto assinado por D. C. Tourinho constitui um exemplo expressivo do discurso otimista e programático da modernidade oitocentista, no qual independência política, civilização, progresso e letras aparecem como dimensões inseparáveis de um mesmo projeto nacional. Trata-se de uma narrativa que combina retórica patriótica, filosofia da história e defesa da cultura letrada como fundamento da inserção do Brasil no mundo moderno:

Hoje que nos vemos na grande quadra da civilisaçò do mundo moderno, figurando como huma Nação de grande desesperanças de grandioso porvir; hoje, e ha tempos que contamos com os sufrágios das cultas nações da Europa, e mais que tudo com nossos próprios esforços para pudermos seguir a brilhante carreira da civilisaçò, nos é bello observar, e admirar como vae se coroando de louros o nosso Brasil, e como almeja, ainda mesmo cercado de obstáculos que de todas as partes o çircumdão, caminhar com passos agigantados, e fazer paralelo com a velha-Europa.

Desde o início, o autor situa o Brasil naquilo que chama de “grande quadra da civilização do mundo moderno” (p.186), afirmando a jovem nação como portadora de um “grandioso porvir”. A modernidade é apresentada como um horizonte comparativo, no qual a Europa, especialmente a “velha Europa”, funciona simultaneamente como modelo, interlocutora e instância de reconhecimento. O

progresso brasileiro é pensado como um movimento de aproximação e paralelismo com esse centro civilizatório, ainda que marcado por obstáculos internos e externos.

A independência política ocupa lugar central nessa narrativa. Ela é descrita como um ato de afirmação da maturidade nacional e como condição necessária para o ingresso pleno na civilização. A ruptura com o “estrangeiro domínio” é interpretada não apenas como fato político, mas como momento fundador de uma consciência histórica coletiva. Ao enfatizar o sacrifício, a guerra e a Providência divina, o texto constrói uma memória heroica da independência, que legitima o presente e projeta o futuro. A liberdade política surge, assim, como o “primeiro passo” rumo à civilização, enquanto o progresso intelectual e moral aparece como o “segundo passo” ainda em curso.

Para debater esse ideário de civilização moderna, utilizaremos o conceito de Benedict Anderson (2008), a nação pode ser compreendida como uma “comunidade imaginada”. Essa imaginação coletiva é construída por meio de práticas culturais e comunicativas que permitem a indivíduos que jamais se encontrarão pessoalmente, reconhecerem-se como parte de um mesmo corpo político. No século XIX, os meios de impressão — sobretudo jornais e livros — desempenharam papel central nesse processo ao padronizar línguas e difundir narrativas nacionais. Assim, no contexto brasileiro, periódicos como *O Crepúsculo* atuaram como espaços de mediação, moldando o sentimento nacional e, simultaneamente, projetando o modelo europeu de civilização implementado no Brasil.

Sendo a litteratura a expressão da civilisação, ambas devem caminhar em paralelo, porque a civilisaçãò consistindo no desenvolvimento da sociedade, o do indivíduo, factos necessariamente unidos, e reproduzindo-se ao mesmo tempo, não pode deixar de ser guiada pelos esforços das lettras huma não pode geminar, e se desenvolver sem a outra, ambas se erguem, florescem, e murchão ao mesmo tempo, Hoje no Brasil o amor ás lettras vae em augmento, e é tempo da ir marchando assim, porque é preciso que ellas cobrem o tempo que perderão por certas fatalidades fatalidades acontecidas á sua irmã gêmea a civilisação ellas soffrerão porque esta soífreu phenoíneno verdadeiramente physiologico nos gemeos: o padecimento de hum traz quasi sempre o do outro hoje porèm que a civilisação vae indo com incremento, justo, e de necessidade que tambem o vão as lellras: ambas devem prestar mutuo socorro para puderem florescer. Qual o homem que não sabe que a litteratura, e civilisação devem andar a par huma da outra?

O comparativo entre o Brasil e a Europa, presente nos textos de *O Crepúsculo*, evidencia uma visão de progresso em que a educação surge como condição essencial para o avanço nacional. Ao mesmo tempo em que manifesta um sentimento nacionalista, o periódico mantém a Europa como modelo civilizatório a ser seguido. A modernidade, segundo esse discurso, não dependeria apenas de reformas políticas, mas sobretudo da formação de uma elite ilustrada, dotada de razão, moralidade e domínio da ciência, capaz de conduzir o país rumo ao progresso.

No caso da Bahia, o texto assume tom particularmente elogioso, destacando o Instituto Literário e a publicação de seu jornal como obra “verdadeiramente filantropica”. A imprensa aparece como instrumento privilegiado de civilização, capaz de superar resistências, invejas e obstáculos, e de promover a elevação moral e intelectual da sociedade. Essa defesa reforça o lugar de *O Crepúsculo* como parte ativa do projeto civilizatório que descreve, não apenas como observador, mas como agente.

Segundo Schwarcz (2005, p. 57) o interesse central era compreender, de forma comparativa, o desenvolvimento cultural, identificando padrões que permitissem formular esquemas de aplicação ampla. A civilização e o progresso não eram compreendidos como “conceitos específicos de uma determinada sociedade, mas como modelos universais”. Nesse sentido, acreditava-se que a evolução era desenvolvida em estados sucessivos, ou seja, a educação aqui se apresenta como uma ferramenta de regeneração dos costumes e de transformação do povo em cidadãos úteis e virtuosos.

Essa crença de regeneração e transformação é demonstrada na publicação de 1846, na edição 13, volume 1, página 9, do texto escrito por J. G. de Passos, intitulado “Um voto pela litteratura patria”, onde *O Crepúsculo* celebra seis meses do jornal e o patriotismo baiano. O texto demonstra não se tratar apenas de escrever ou produzir obras isoladas, mas de perseverar em um esforço organizado e contínuo, voltado ao progresso comum. O vocabulário empregado, “perseverança”, “cruzada”, “progredirmos” revela a dimensão moral atribuída à atividade literária, vista como missão histórica.

O texto também oferece uma leitura crítica do passado recente da Bahia. Reconhece-se que, há muito tempo, era sentida entre os “cultivadores das sciencias e das lettras” a necessidade de reunir as “riquezas da intelligencia” em um

“deposito commum”, isto é, em instituições capazes de garantir a circulação, preservação e difusão do saber. A insistência nessa ideia revela a compreensão de que o atraso não decorria da ausência de talentos individuais, mas da falta de estruturas duradouras que transformassem iniciativas dispersas em um patrimônio coletivo.

Em síntese, o texto articula literatura, associativismo e progresso como partes de um mesmo projeto de modernidade. A imprensa e as instituições literárias são apresentadas como instrumentos essenciais para transformar talento individual em capital cultural coletivo. Ao mesmo tempo, a literatura é elevada à condição de expressão da identidade nacional e de medida do grau de civilização alcançado. Assim, o discurso reafirma o papel dos intelectuais como agentes do progresso e insere *O Crepúsculo* no esforço mais amplo de construir uma modernidade letrada, moralmente orientada e nacionalmente consciente no Brasil oitocentista. Como expressa a citação a seguir:

O Crepusculo é hoje a revelação sensível deste pensamento, a personificação d'esta idéa Já lá volvidos vão seis mezes depois de sua publicação; e, regozijamo-nos em dizêl-o, mercês ao illustrado favor que tem encontrado no patriotismo bahiano, o nosso periodico já começa de vingar, já entra a ganhar incremento; o que é, sem duvida, um formoso e feliz prognostico do complemento que ha de vir a trazer aos nobres fins que lhe deram o ser: d'esses, ainda não tem elle até-aqui desidido; e si já, em tão breve decurso de tempo não fulgiram suas paginas d'aquella luz inteira e vivida, em que promette mais tarde trocar a *claridade crepuscular*, sequer, tem sido, pela natureza das materias que vai tractando, pela decencia do estylo, pelo zelo da religião e da moral, e finalmente pela moderação e candura no combater das doutrinas controversas, um como *gyneceo* franqueado aos leitores onde vão refocillar o espirito do fastio e quebranto que lhes influem de dia em dia as *scenas cruentas e horridas* que correm de satinadas no *forum* exclusivamente senhoreado pela imprensa gladiadora da política.

Neste trecho é possível identificar que Passos atribui ao *Crepusculo* a missão de colaborar como um instrumento de civilização e esclarecimento da sociedade. Para Passos, essa literatura nacional deveria abordar a ciência, a arte, os costumes e a religião, tornando-se uma representação completa da nação. Compreendemos a partir desse artigo que o periódico se apresenta como protagonista de um projeto civilizatório, no qual sua função não é meramente transmitir informação, mas educar e moldar uma identidade baiana e brasileira moderna. Schwarcz (2005, p. 61) afirma que essa elite intelectual acreditava “não em uma qualidade intrínseca ao homem, mas em um atributo próprio das “raças civilizadas” que tendem à civilização”, segundo essa evolução só é possível através

desse modo de conhecimento. O texto evidencia a percepção, por parte dos editores, de que o periódico estava cumprindo gradualmente os objetivos para os quais foi criado, projetando que sua atuação se ampliaria no futuro. Entre as características ressaltadas, encontram-se a escolha dos temas abordados, o estilo considerado adequado, a atenção à religião e à moral, e a moderação no tratamento de questões controversas.

Essa concepção de civilização apresenta-se como solução para as diversidades existentes, concebendo aqueles que ainda não se “civilizaram” como grupos em condição transitória, fadados ao desaparecimento pela ação do tempo ou passíveis de transformação por meio do contato cultural (Schwarcz, 2005). Assim como foi publicado na seção de Ciências, História Natural, intitulado “O Selvagem” de 1845, edição 3, volume 1, página 37, o Dr. J. A. Rocha escreveu:

Se, a respeito da palavra selvagem, nos referirmos ao Dicionario da Academia veremos que ella significa propriamente aqui lio que não esld domesticado: seja; mas, certamente selvagem não é, como o disse este mesmo livro, synonymo de feroz, nem mesmo de rústico ou intratavel, porque a lebre, animal mui selvagem não é mais feroz que a tartaruga, igualmente selvagem, q'não é rústica. Tem-se chamado por extenção, e substantivamente, selvagens, estes homens que vivem solitários ou em tribus confusas, que, não reconhecendo nem leis nem religião, a fallar propriamente, eque, não tendo mesmo habitações fixas que se possa considerar como sua pátria [...] na África, onde se mercadeja com a carne humana e se os transporta para onde achão dignos compradores. [...] Dotados em fim de uma intelligência de uma recidiva de juízo que não se acha em nenhum dos reinos que se suppõem na hierarquia do estado de civilisação.

Esse trecho define e exemplifica o conceito de selvagem da perspectiva ilustrada do século XIX, com o objetivo de trazer uma definição científica. Aqui, o termo “selvagem” é equiparado a “incivilizado”. Ao trazer os povos para exemplificar, o autor cita a África. Nas Américas, essas populações são associadas ao consumo de bebidas alcoólicas e a guerras que, segundo o texto, contribuíram para a diminuição de seu número. Na África, o foco recai sobre o comércio de pessoas escravizadas e seu transporte para locais onde havia compradores. A formulação se insere no vocabulário e nas concepções do século XIX, refletindo classificações e interpretações comuns no período sobre povos não europeus e sobre o tráfico atlântico de escravizados. Nessa perspectiva, para Schwarcz (2005), as diferenças culturais eram vistas como obstáculos a serem superados: os povos considerados “não civilizados” eram enquadrados como grupos

em condição transitória, pois assim que obtivessem o conhecimento necessário conseguiriam se enquadrar em um processo de desenvolvimento social.

Está claro nas páginas de *O Crepúsculo* que seria por meio do conhecimento que o Brasil alcançaria a tão almejada modernidade europeia, a educação como base primária para o progresso é abordada por F. L. Ferreira Filho em 1845, na edição 7, volume 1, na página 109. O artigo chamado “Instrução Primária” aborda a educação relacionada com a cidadania, civilização e progresso:

Uma sociedade bem constituída é sem duvida aquella onde cada indivíduo vé seus direitos garantidos e acatados, quer pelos de mais membros, quer pela entidade encarregada da sua direceão. E'desta principalmente que depende a felicidade efum povo. Se um governo é respeitador da liberdade publica, o dà o exemplo de fidelidade no cumprimento cias leis, e na distribuição da justiça, se elle sò tem em mira o bem geral, e deslembrando-se dos seus pretendidos direitos cuida antes dos multiplicados deveres, claro está que todo cidadão respeitará os direitos alheios, obedecerá contente os preceitos estabelecidos, e bem dirá a mão, que os dirige. Um governo liberal, prudente e sábio, que se interessa pelo bem estar do povo, como o bom pae pela ventura de seus filhos, é com razão um presente do Céu!

O bom pae cuida com esmero e empenho na educação de seus filhos para que sejam uteis a si e à patria; um bom governo semelhantemente não perde de vista, e com zelo promove e planta a moral, a religião e a instrução: seu unico pensamento está na felicidade de seus constituintes: elle semeia a instrucção publica fazendo que as portas das sciencias se abram, e que cada qual colha os fructos que lhe são inherentes. A instrucção primaria é precisamente a que mais deve ser espalhada, e regulada em fórma que todos a tenham, por assim dizer, diante dos olhos: ella é um alimento indispensavel ao homem em sociedade.

Este artigo apresenta uma defesa da universalização da educação básica, concebida não apenas como um direito, mas como um instrumento de coesão social e política. Conforme observa Demerval Saviani (2007), a educação no Brasil, desde o período colonial, tem desempenhado uma função histórica vinculada à formação social e política, servindo como instrumento para moldar os indivíduos segundo os projetos hegemônicos de cada época. A partir do ensino, pretende-se formar indivíduos aptos a exercer a cidadania dentro dos moldes da moral e dos bons costumes. Como demonstrado no texto, para Ferreira Filho a escola é concebida como um espaço simultaneamente cívico e religioso, no qual os alunos devem aprender não apenas as letras, mas também os valores que os transformarão em sujeitos úteis, obedientes e integrados ao projeto de nação. Como demonstra Saviani (2007) a escolarização foi concebida não apenas como transmissão de saberes, mas como mecanismo de construção e manutenção de uma determinada concepção de nação. Trata-se de uma visão disciplinadora da educação, voltada

para a formação de uma ordem social e moralmente regulada, na qual a instrução serve tanto à edificação individual quanto à manutenção da estabilidade coletiva.

O periódico *O Crepúsculo* reflete sobre os meios de formação de uma nação moderna e moralmente regenerada, propondo “educar o povo”, entendendo que a constituição de uma população civilizada era condição necessária para a consolidação da cidadania e da ordem pública. A população é constantemente retratada como carente de instrução, moral e disciplina, necessitando da intervenção de uma elite letrada e cristã que a conduzisse ao progresso. O jornal associa a ignorância popular à desorganização dos costumes, da moral e da religião. Nesse sentido, a cidadania defendida por *O Crepúsculo* não é universal, mas condicionada à aceitação de determinados valores normativos, como a fé cristã, a obediência à autoridade, a defesa da família patriarcal e a valorização da ciência como guia da vida pública.

Embora utilize uma linguagem voltada à instrução pública e ao bem comum, o jornal opera uma distinção implícita entre aqueles que são vistos como parte legítima da nação. A cidadania, portanto, aparece no jornal mais como um ideal a ser alcançado por meio da educação e da moralização do povo, do que como um direito incondicional. O “bom cidadão”, para *O Crepúsculo*, é aquele que se conforma aos padrões morais e da civilidade cristã. Aqueles que escapam a esse modelo são tratados como ameaças à ordem ou como “matéria bruta” a ser trabalhada pela ação pedagógica do Estado e da imprensa ilustrada. Em suma, o jornal projeta uma ideia de cidadania como conquista restrita àqueles que se alinham aos costumes cristãos e considerados civilizados.

Nessa perspectiva, o projeto de modernidade idealizado nas páginas de *O Crepúsculo* revela-se profundamente marcado pela instituição escravista, pelo nacionalismo e pela construção de uma identidade nacional. A modernidade, nesse contexto, incorporou uma narrativa baseada em uma lógica de diferenciação ativa denominada “raça”, que se constituiu como uma de suas marcas mais perniciosas. Tal lógica alimentou preocupações quanto à definição dos lugares sociais, da comunidade e da própria identidade nacional. Para Gilroy (2007), a modernidade ocidental não pode ser compreendida sem considerar o papel central que a noção de raça desempenhou na estruturação das ideias de nação, cultura e identidade política. Essa discussão será aprofundada no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III: MODERNIDADE, IMPRENSA E EXCLUSÃO SIMBÓLICA NO JORNAL O CREPÚSCULO.

Esta seção analisa como o jornal *O Crepúsculo* mobilizou discurso científico presente articular uma concepção progressiva da razão e da verdade, frequentemente apresentada como universal. Tal perspectiva legitima a atuação dos intelectuais como mediadores privilegiados do progresso, atribuindo-lhes o papel de guias da sociedade rumo à modernidade. Assim, *O Crepúsculo* não apenas divulga saberes científicos, mas também participa ativamente da construção de uma hierarquia de valores que associa civilização, racionalidade e moralidade cristã a um ideal específico de nação. De modo que essa modernidade cria uma ruptura entre passado e futuro, onde o futuro deixa de ser repetição e passa a ser projeto.

Assim, examina-se de que modo *O Crepúsculo* representou, ou não, a população negra no interior de seu projeto de civilização e modernidade, evidenciando os limites e contradições desse discurso. Embora o jornal recorra à inclusão da população negra na nação civilizada, essa inclusão revela-se profundamente condicionada por critérios morais, culturais e civilizatórios definidos pelas elites letradas. A ciência, longe de funcionar apenas como instrumento de igualdade, é também mobilizada para justificar diferenças e estabelecer fronteiras simbólicas entre os que estariam aptos à civilização plena e aqueles situados em uma posição liminar. Dessa forma, o discurso de modernidade veiculado pelo periódico opera simultaneamente como promessa de integração e de exclusão.

Para que seja possível analisar as populações negras dentro desse novo conceito de modernidade, a pesquisa se fundamenta nas contribuições de Marshall Berman (1986), Roger Chartier (1991) e Reinhart Koselleck (2006), mobilizados em chave complementar. Berman (1986) contribui ao compreender a modernidade como experiência histórica vivida, marcada por ambivalências, rupturas e pela sensação de desintegração e promessa que caracteriza o mundo moderno. Chartier (1991), por sua vez, permite observar como essa experiência se materializa nas formas de produção, circulação e apropriação dos sentidos, evidenciando que a modernidade também se constrói por meio de representações que organizam o mundo social. A essas perspectivas soma-se Koselleck (2006), cuja análise da temporalização da história esclarece como a modernidade redefine as relações entre passado e futuro, ampliando o horizonte de expectativa e acelerando o distanciamento em relação ao espaço de experiência. Assim, a junção desses

autores possibilita compreender a modernidade simultaneamente como experiência vivida, como regime de produção simbólica e como reorganização da consciência histórica. No caso da população negra, essa abordagem permite perceber não apenas como ela foi representada nos textos, mas também como foi posicionada em diferentes lugares na linha do tempo da nação em construção, muitas vezes associada a um passado a ser superado no interior do projeto civilizatório.

Ao analisar essas representações, percebe-se que a narrativa construída não é apenas racial, mas também temporal, se demonstra como um discurso temporal, a nação imaginada por *O Crepúsculo* é uma nação civilizada em termos restritivos, na qual a população negra ocupa um lugar ambíguo: reconhecida como parte do corpo social, mas frequentemente afastada do ideal de cidadania plena. Esse tensionamento revela como ciência, raça e modernidade se articularam na imprensa baiana oitocentista para sustentar hierarquias sociais e raciais duradouras.

3.1. MODERNIDADE COMO RUPTURA E PROMESSA

A década de 1840 marcou, na Bahia, um período de reorganização política, social e simbólica, profundamente atravessado pelas tensões herdadas das décadas anteriores. A memória das revoltas provinciais e, sobretudo, da Revolta dos Malês (1835), permanecia como elemento estruturante do imaginário político soteropolitano, alimentando temores, reforçando mecanismos de vigilância e contribuindo para a consolidação de discursos de ordem e estabilidade. A escravidão, ainda central para a economia provincial, coexistia com crescentes debates sobre o tráfico atlântico e com pressões internacionais pela sua extinção, inserindo o Império do Brasil em uma conjuntura atlântica de transformações e incertezas.

No plano político, a antecipação da maioria de D. Pedro II, em 1840, buscou recompor a autoridade imperial após o conturbado período regencial. A centralização administrativa e a tentativa de reafirmação da unidade nacional refletiam o esforço de estabilizar o Estado diante de divisões regionais e conflitos internos. Na Bahia, essas dinâmicas se articularam a uma elite letrada que, ao mesmo tempo em que participava das estruturas de poder locais, também se

engajava na produção intelectual e científica, reivindicando para si o papel de intérprete da sociedade e agente do progresso.

Nesse contexto do século XIX, marcado por profundas transformações sociais e políticas, as representações adquirem centralidade ainda maior. Trata-se de um período em que crenças e tradições consolidadas entram em crise diante de uma nova organização social fundamentada no progresso técnico, na ciência e na aceleração do tempo histórico. Como observa Berman (1986), a modernidade é constitutivamente ambígua: ao mesmo tempo em que promove renovação e abertura de possibilidades, produz também desintegração, instabilidade e perda de referências. Essa dualidade não é um efeito colateral, mas parte integrante do próprio processo de modernização. Para o autor, compreender a modernidade implica rejeitar modelos teóricos totalizantes e abstratos, voltando o olhar para a experiência vivida, o cotidiano e as práticas comuns, onde essas contradições se manifestam de forma mais concreta.

Para compreender o “novo tempo” anunciado nas páginas de *O Crepúsculo*, é produtivo recorrer às reflexões de Reinhart Koselleck (2006) sobre a experiência moderna do tempo histórico. Para o autor, a modernidade inaugura uma consciência temporal na qual o presente passa a se perceber como qualitativamente distinto do passado, configurando-se como um “agora” que rompe com a repetição tradicional e projeta expectativas inéditas para o futuro. Esse novo tempo não é apenas cronologicamente posterior ao anterior, mas se afirma em oposição a ele, atribuindo ao passado o estatuto de etapa superada. Assim, a modernidade instaura uma aceleração histórica e confere ao presente um caráter de época singular, marcada pela ideia de progresso, de transformação contínua e de abertura para novas experiências.

Esse processo de transformação é notado na própria década de 1840, período marcado como tempo de transição, a linguagem do progresso e da civilização aparece como um horizonte futuro, no qual a escravidão é representada como uma prática moralmente condenada pelos letrados do jornal. A ideia de superação do passado se mostra através da educação e do trabalho livre que funcionam como instrumentos de aceleração histórica. A metáfora implícita no nome do periódico, *O Crepúsculo*, sugere que o jornal opera dentro de uma nova consciência temporal moderna, construindo uma narrativa de aceleração histórica em que o passado é projetado como superável e o futuro se apresenta como

promessa regeneradora.

Esse ideal também se manifesta no artigo “*Letras no Brasil*”, publicado por D. C. Tourinho em 1846 (*O Crepúsculo*, ed. 12, v. 1, p. 186), no qual se afirma que “hoje nos vemos na grande quadra da civilização do mundo moderno, figurando como huma Nação de grandes esperanças — de grandioso porvir”. A passagem expressa o horizonte de expectativas característico da experiência temporal moderna, ao projetar o Brasil como uma nação situada em um processo de progresso e aperfeiçoamento contínuo. Nesse sentido, o periódico insere o país em uma narrativa histórica orientada para o futuro, na qual a modernização, a ciência e a cultura letrada aparecem como elementos fundamentais para a consolidação da nação no interior do mundo civilizado.

Para Berman (1986), uma das noções centrais da modernidade é como as pessoas são coagidas a se transformarem, já que ser moderno é ser constantemente transformado. Fazendo com que esse indivíduo moderno precise de um conjunto de leis próprias e habilidades de autopreservação, auto afirmação e auto liberação para se manter em uma sociedade em constante mudança. Ou seja, essa mudança não é apenas um processo técnico ou econômico, mas também uma mudança cultural e simbólica, já que o modo como as pessoas interpretam o mundo, constroem identidades, lidam com o tempo e como reagem à dissolução de antigas certezas.

Aqui, esses indivíduos são representados pela elite letrada de *O Crepúsculo* que passou a perceber o próprio tempo como “novo”, o jornal opera dentro dessa nova experiência moderna do tempo. O periódico apresenta um discurso consciente, onde a modernidade instaura uma ruptura entre o passado/atraso e o futuro/progresso, e o tempo presente através do *O Crepúsculo* se apresenta como um momento de transição. Portanto, a modernidade, nesse sentido, não é apenas um horizonte coletivo, mas um regime de diferenciação histórica que escreve hierarquias sociais na própria estrutura do tempo. Tal dinâmica revela como o discurso civilizatório não apenas projeta um futuro nacional, mas também delimita quem pode plenamente habitá-lo e sob quais condições.

Na modernidade apresentada por Koselleck (2006) há diferentes tempos históricos que passam a existir no mesmo tempo presente. Nessa mesma sociedade soteropolitana da década de 1840 existiam grupos que representavam o progresso e outros o atraso, essas representações eram condicionadas por limites sociais,

políticos e religiosos do período. A modernidade não apenas inaugura a percepção de um tempo acelerado e orientado para o futuro, mas também introduz hierarquização temporal entre grupos. A partir do momento em que o futuro é concebido como aberto e portador de novidades, o passado deixa de ser referência normativa e passa a ser interpretado como estágio superado. Nesse processo, a história é continuamente reescrita, não apenas em razão da descoberta de novas fontes, mas porque cada presente produz novos pontos de vista a partir dos quais o passado é reinterpretado. Assim, a modernidade instituiu uma consciência histórica na qual o tempo exerce a coerção, impondo a necessidade de transformação e coloca indivíduos e coletividades diante da exigência de acompanhar o movimento do progresso.

Essa consciência histórica também despertou uma disputa pelo controle da linguagem e das palavras, uma disputa pela “verdadeira” interpretação dos conceitos. Ou seja, o jornal não está apenas publicando periódicos, ele está disputando o sentido legítimo das palavras. Essa disputa semântica produziu verdadeira batalha em torno da interpretação legítima das palavras, pois controlar o sentido dos conceitos significava disputar a orientação da consciência coletiva e do comportamento político.

Segundo Koselleck (2006) a modernidade como tempo de transição é marcada pelos “conceitos de movimento”, termos como progresso e civilização não descrevem estados fixos da realidade, mas funcionam como indicadores de mudança social e política e como instrumento de percepção que os sujeitos têm do seu próprio tempo. Simultaneamente, operam como meios de críticas ideológicas, pois permitem classificar posições e práticas em relação ao projeto futuro. Assim, ao reivindicar para si a capacidade de encaminhar o país para o progresso, *O Crepúsculo* buscou participar da construção de uma gramática política que organizasse lugares no tempo moderno.

Essa modernidade se expressa no artigo “A Poesia e a História”, de Mendes Leal, publicado em 1846 (ed. 24, v.2, p. 190):

Teve o efeito d'uma onda, e como onda era precisa, para lavar e purificar o mundo moderno de tudo o que do antigo lhe ficara.—Eclipsarara-se artes e scieneias, mas não abandonou a poesia aquella sua fiel e antiga companheira —a religião, que era tambem a historia.

Ao recorrer à metáfora da “onda” que teria lavado e transformado o mundo antigo, Leal apresenta a História como movimento de superação e reorganização civilizacional. Contudo, essa transformação não implica ruptura completa com tradições religiosas. Pelo contrário, o autor enfatiza que, mesmo diante das mudanças que marcam o advento do mundo moderno, a religião permanece como elemento fundamental da vida social e moral. Dessa forma, o periódico articula uma visão de modernidade que combina progresso intelectual e científico com a preservação de valores morais e cristãos, revelando a tentativa de definir o ideário de modernidade com bases culturais e religiosas.

Compreendemos, então, a modernidade a partir do *O Crepúsculo* como um tempo de ruptura, um tempo entre um passado que se busca superar e um futuro projetado. Um tempo de transição que buscava desenvolver um projeto em direção ao progresso. Ao idealizar uma sociedade moderna transformada, o periódico se viu como parte do processo histórico estabelecendo critérios para definir quem participava ou não da nação moderna.

A articulação entre Marshall Berman (1986) e Reinhart Koselleck (2006) possibilita compreender a modernidade tanto como reconfiguração estrutural da experiência histórica quanto como vivência concreta dessa transformação. Enquanto Koselleck (2006) evidencia que a modernidade se organiza por meio de “conceitos de movimento”, Berman (1986) destaca que essa reorganização temporal se traduz em uma experiência cotidiana marcada por instabilidade, ambivalência e permanente transformação. Assim, o que em Koselleck (2006) aparece como alteração na estrutura do tempo histórico, em Berman (1986) manifesta-se como sensação existencial de viver em um mundo em constante mudança. No caso de *O Crepúsculo*, a linguagem do progresso não apenas ordena simbolicamente o tempo nacional, mas expressa também a autorepresentação de uma elite letrada que se entende situada entre um passado a ser superado e um projeto de futuro moderno a ser construído.

Ao aplicar essas reflexões ao periódico, torna-se possível perceber que o projeto civilizatório ali defendido opera por meio da distribuição desigual das temporalidades. A modernidade é apresentada como horizonte universal, mas sua realização pressupõe hierarquias internas: determinados grupos são posicionados como mais próximos do futuro projetado, enquanto outros, sobretudo a população negra, que é frequentemente inscrita em um tempo considerado anterior,

necessitado de reforma, disciplina e adequação. Desse modo, o discurso moderno não apenas anuncia transformação, mas estabelece critérios de pertencimento ao futuro nacional, condicionando a inserção plena na modernidade às normas e valores definidos pela elite letrada.

3.2. A POPULAÇÃO NEGRA E OS LIMITES A NAÇÃO CIVILIZADA.

Ao propor uma história das representações, Chartier (1991) redefine o modo de articular estruturas sociais e práticas culturais. Para o autor, as representações coletivas não são simples reflexos da realidade, mas constituem verdadeiras instituições sociais, que incorporam e naturalizam divisões, hierarquias e classificações do mundo social. Nesse sentido, Chartier (1991) afirma que: “essas representações são matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social” (p.183). O que se escreve e publica não apenas descreve a sociedade, mas participa ativamente de sua organização simbólica.

Um ponto central dessa abordagem é a compreensão de que as identidades sociais se constroem em um campo de força. De acordo com Chartier (1991), elas resultam do confronto entre as representações impostas por aqueles que detêm o poder de classificar e as formas de aceitação, apropriação ou resistência dos grupos que são objeto dessas classificações. Desse modo, devemos analisar não apenas os conteúdos dos discursos, mas para quem os produz, em quais lugares e meios circulam, a quem se destina e quais usos possibilitam.

De modo que, ao considerar o jornal como espaço de produção de representações, nos termos propostos por Chartier (1991), torna-se indispensável analisar o conceito de raça mobilizado nos textos, entendido como uma construção histórica que estrutura discursos, legitima hierarquias e orienta formas de classificação do social. As diferenças e desigualdades entre indivíduos ganharam centralidade no pensamento ocidental a partir da expansão europeia e da incorporação das terras do chamado Novo Mundo. As oposições entre civilização e barbárie, superioridade e inferioridade, já mobilizadas nos imperialismos europeus na Ásia e na África, foram atualizadas no contexto americano, passando a estruturar formas específicas de dominação simbólica e social. Carvalho e Maciel (2016) definem que tais distinções foram legitimadas por argumentos variados, como o

direito natural e dever cristão, o que, como resultado permitiu a alguns povos se afirmarem como nações consolidadas, enquanto outros eram situados em posições subalternas.

No século XIX, essas hierarquias encontraram novo respaldo nas ideias científicas, sobretudo no evolucionismo e no determinismo biológico. A partir dessas correntes, consolidou-se no meio intelectual europeu a tese de inferioridade do continente americano e de suas populações, interpretadas como menos aptas ao progresso. Essas teorias, ao serem apropriadas no contexto latino-americano, desempenharam papel central na construção de representações negativas sobre a população negra. No Brasil, a mestiçagem passou a ser interpretada como sinal de atraso, e a presença negra foi frequentemente associada à ignorância, à indisciplina e à incapacidade de participar plenamente da modernidade (Carvalho e Maciel, 2016).

Olhando para *O Crepúsculo*, nos artigos “Leis dos Homens (1846, ed.20, v. 2, p. 119) e “A Industria” (1846, ed. 4, v. 3, p. 50) a escravidão é associada a um passado de atraso, ignorância ou barbárie, enquanto o futuro é projetado como espaço de civilização, instrução e progresso moral. Contudo, essa transição não é homogênea: a população negra aparece, muitas vezes, situada em um tempo considerado anterior, necessitado de educação, catequese e disciplina para alcançar o estágio civilizado.

Desse modo, o jornal *O Crepúsculo* situa-se em uma posição de transição entre diferentes matrizes explicativas da diferença racial. O periódico mobiliza concepções ancoradas no direito natural e na moral cristã, ao mesmo tempo em que antecipa, ainda que de forma não sistematizada, elementos que mais tarde seriam consolidados pelo racismo científico. Como observa Ventura (2000), os intelectuais brasileiros da segunda metade do século XIX incorporaram amplamente modelos europeus para interpretar a raça e a cultura no país. Embora *O Crepúsculo* anteceda a formulação plena do racismo científico, seus discursos já operam segundo uma lógica hierarquizante, expressa na insistência em associar o progresso da nação à disciplina dos costumes, à educação moral, à valorização do trabalho e à eliminação de práticas classificadas como atrasadas. Em diversos momentos, a narrativa de *O Crepúsculo* relaciona a civilização à arte, a moral e a literatura. Pode-se destacar o trecho de 1846, edição 12, página 186, onde D. C. Tourinho apresenta a relação da literatura com a civilização:

Sendo a litteratura a expressão da civilização, ambas devem caminhar em paralelo, porque a civilização consistindo no desenvolvimento da sociedade, o do indivíduo, factos necessariamente unidos, e reproduzindo-se ao mesmo tempo, não pode deixar de ser guiada pelos esforços das letras huma não pode geminar, e se desenvolver sem a outra, mas se erguem, florescem, e murchão ao mesmo tempo[...]

Nesse sentido, Ortiz (2006) permite compreender tais formulações como parte de um processo de construção simbólica da identidade nacional. Para o autor, a identidade não é homogênea nem autêntica em termos absolutos, mas resulta da disputa entre diferentes grupos pela produção de sentidos e legitimidades. Ao afirmar que o pensamento brasileiro na primeira metade do século XIX não se reduz à simples cópia de ideias estrangeiras, Ortiz (2006) destaca a reelaboração local desses referenciais. No caso de *O Crepúsculo*, observa-se que concepções raciais europeias são reinterpretadas à luz das tensões específicas da sociedade escravista brasileira, servindo não apenas para reforçar hierarquias sociais preexistentes, mas também para justificar, em termos morais e civilizatórios, a noção de atraso intelectual reiteradamente atribuída à população negra pelo jornal.

Ortiz (2006) também chama a atenção para a apropriação dessas teorias no Brasil, onde elas foram frequentemente mobilizadas para explicar desigualdades sociais profundas. Conforme Carvalho (2017), destacou-se nesse período um grupo de intelectuais ligados à faculdade de medicina e direito, que se autodefiniam como “homens de ciência” e defendiam projetos de melhoramento racial associados à ideia de progresso. Esses projetos partiam do pressuposto de que seria necessário avaliar o “valor” das raças e sua capacidade de civilização, como observa Cancelli (2004), apostando que o progresso poderia ser alcançado por meio da educação, do trabalho e da disciplina moral.

Entretanto, a inclusão da população negra no projeto de modernidade era profundamente condicionada. Em *O Crepúsculo*, a valorização do trabalho e da instrução aparece como promessa de elevação moral e social, mas também como mecanismo de ordenação da sociedade, uma vez que tais valores são definidos e difundidos a partir do ponto de vista dessa elite letrada que produzia o periódico. Nesse contexto, a população negra é representada de forma ambígua: que ora aparece como parte integrante da nação, como no texto “Educação: O Suicídio” de Aranha Dantas (1846, ed. 11, v.1, p. 172) “[...]que vossos escravos são vossos irmãos em Jesus Christo!” e ora como mão de obra necessária ao progresso e à modernização do país, como demonstra o artigo “A Industria” de Dr. Ascanio F.

Motta (1846, ed. 4, v. 3, p. 50), “[...]que o cumprimento litteral e exacto da lei dé abolição do trafico importaria a decadência e completa morte de nossa riqueza e prosperidade” . Tal formulação revela uma inclusão marcada por limites, na qual os negros são reconhecidos como parte da sociedade, mas frequentemente situados em posição liminar, afastados do ideal de cidadania plena.

Carvalho e Maciel (2016) ressaltam que negros e indígenas², mesmo quando livres, não desfrutavam de uma liberdade efetiva, sendo frequentemente compelidos a adaptar-se aos modelos sociais e culturais impostos pelas elites. Esse processo implicava a negação de práticas culturais próprias e a incorporação de padrões considerados civilizados. No Brasil oitocentista, a apropriação do discurso científico europeu desempenhou papel central na legitimação dessas hierarquias, contribuindo para aquilo que Schwarcz (1996) definiu como a naturalização das diferenças. Desse modo, desigualdades sociais e raciais passaram a ser interpretadas como resultados da natureza ou da história das raças, e não como produto de relações sociais e políticas. Nesse sentido, os discursos veiculados em *O Crepúsculo* participam da construção e difusão dessas representações, articulando ciência, moralidade e civilização na formulação de um projeto de modernidade que incluía a população negra de maneira hierarquizada.

Segundo Manhani (2023), o projeto de nação elaborado por essa elite letrada na primeira metade do século XIX operava por meio de uma distribuição simbólica desigual das presenças históricas. Enquanto os indígenas foram representados como “monumentos vivos” de um passado originário, anterior à chegada dos portugueses e incorporado como elemento da narrativa nacional, às populações negras era reservado, em grande medida, um lugar de apagamento ou de marginalidade histórica. Se os primeiros podiam ser integrados à memória da nação como vestígios de uma ancestralidade legitimadora, os segundos eram mais frequentemente associados à ruptura ou à ausência de pertencimento pleno ao projeto nacional em construção.

Compreendemos essa narrativa como o que Koselleck (2006) chama de

² Embora as populações indígenas também ocupem lugar relevante nos debates oitocentistas acerca da civilização e da construção da nação, esta pesquisa não se propõe a aprofundar tal problemática. A opção metodológica concentra-se na análise das representações da população negra no interior do projeto moderno articulado pelo jornal *O Crepúsculo*, entendendo que a ampliação do escopo comprometeria a profundidade analítica pretendida. As referências aos povos indígenas serão consideradas apenas quando necessárias para contextualizar o discurso mais amplo sobre hierarquias raciais e civilizatórias no período.

“aplicação do horizonte de expectativa”, no qual o futuro se transforma em critério de julgamento do presente. A partir do momento em que o futuro passa a orientar a ação política e a interpretação do passado, o tempo deixa de ser continuidade e torna-se campo de intervenção. Esse projeto moderno, portanto, não se limitava a anunciar transformação, mas operava por meio da administração das temporalidades, definindo quem pertence ao passado e quem pode ser considerado cidadão dessa nova nação a ser construída.

Ao associar o sistema escravocrata ao atraso industrial e comercial, assim como demonstrado na edição número 4, do volume 3, de dezembro de 1846, o Dr. Ascanio F. da Motta no texto “A indústria entre nós” (p. 49 e 51) esses letrados estabeleceram uma conexão direta entre a presença negra e os limites do desenvolvimento brasileiro. A escravidão que inicialmente foi considerada necessária para a construção do Império no período colonial, transforma-se, nesse discurso, em causa estrutural de estagnação. Nesse novo projeto de nação, a solução projetada articula investimento em máquinas, substituição da mão de obra escravizada e incentivo à imigração europeia, configurando um futuro no qual a civilização se vincula à industrialização e ao branqueamento demográfico.

O trabalho livre e assalariado é apresentado como o caminho para que o Brasil alcance níveis de desenvolvimento semelhantes aos observados na Europa e nos Estados Unidos. Embora a argumentação de Motta esteja fortemente ancorada em princípios de ordem religiosa e moral, seus ideais abolicionistas também se articulam a preocupações de natureza econômica. Nesse sentido, a defesa do fim da escravidão aparece associada à expectativa de modernização produtiva e de prosperidade industrial, concebida como condição para a inserção do país no horizonte de progresso que caracterizava as nações consideradas civilizadas.

Por fim, como aponta Stuart Hall (2000), as identidades nacionais são construções históricas instáveis, resultantes de longos processos de disputas e dominação cultural. No Brasil do século XIX, a ideia de progresso demonstra como essas disputas se expressavam de forma particularmente intensa nas representações da população negra, que se tornaram elemento central na definição do que significa ser moderno, civilizado e nacional. A partir das representações do jornal *O Crepúsculo* é possível perceber como a modernidade brasileira foi construída de maneira seletiva e hierárquica.

3.3. POPULAÇÕES NEGRAS E O PROJETO DE MODERNIDADE NAS PÁGINAS DO O *CREPÚSCULO*.

Analisar os conteúdos dos discursos propagados pelo jornal *O Crepúsculo* permite compreender uma perspectiva importante sobre o que era divulgado pela imprensa baiana na primeira metade do século XIX. Jornais como *O Crepúsculo* funcionavam como dispositivos privilegiados de produção e difusão de representações, articulando ciência, moral, política e projetos de civilização. Ao selecionar temas, vocabulários e autoridades, o periódico constrói uma determinada visão de mundo e contribui para legitimar hierarquias sociais e raciais. Quando *O Crepúsculo* publica o texto do D. C. Tourinho (1845, n.6, p. 95), por exemplo:

Foi a imprensa um grande ou antes o primeiro meio de civilização para os povós, eu passo a provar: com o descobrimento da imprensa facilitou-se a leitura e os livros que até então eram manuscritos, e muito dinheiro custavam, o povo achou esse grande meio de instrução, procurou os livros leu-os, aprendeu as leis da moral, da virtude, desprezou o vício detestou a estupidez, e a immoralidade: esta verdade he incontestável.

Esse trecho evidencia a maneira pela qual os autores de *O Crepúsculo* concebiam a imprensa como instrumento fundamental de civilização. Ao afirmar que a imprensa construía “o primeiro meio de civilização para os povós”, o texto associa diretamente a difusão da leitura à formação moral da sociedade. A leitura aparece como mecanismo capaz de ensinar virtudes, combater vícios e orientar comportamentos considerados adequados à vida civilizada. Nesse sentido, a imprensa assume uma função pedagógica e disciplinadora, destinada a moldar costumes e promover a elevação intelectual do público leitor.

Ou, nesse outro exemplo, no texto do Dr. Carrão (1845, n.10, p.151): “Os meios supersticiosos são também muito empregados, e não se limitam somente às pessoas da classe mais inferior, o que muito depõe contra o nosso estado de civilização”. Esses exemplos não apenas descrevem um ideal abstrato, mas propõem um critério de classificação entre civilizado e incivilizado, o moderno e o atrasado.

Assim, compreendemos, a partir dos estudos de Roger Chartier (1991), que os dispositivos formais, como textos, gêneros, materialidade impressa, possuem fundamental importância para a organização das práticas culturais. Os textos carregam em sua estrutura expectativas sobre seus leitores, definem competências legítimas e se organizam segundo diferenciações sociais. Um jornal que se define como “instructivo e moral”, pressupõe um público letrado, racional e moralmente

disciplinado, ao mesmo tempo em que busca formar esse próprio público. Deste modo, *O Crepúsculo* não apenas reflete um grupo social, mas busca produzir o leitor que reivindica.

Porém, essa experiência não deve ser analisada como vivência subjetiva, mas como construção discursiva e simbólica. Em *O Crepúsculo*, a modernidade aparece representada como progresso, civilização, ciência e moral, ao mesmo tempo em que é delimitada por fronteiras sociais e raciais. A população negra, por exemplo, surge associada a representações de atraso, ignorância ou desvio moral, ocupando uma posição ambígua no projeto de nação moderna defendido pelo jornal. Essas representações não são acidentais, pois fazem parte de um sistema classificatório que define quem pode ou não ser incorporado à modernidade.

Essa temática dialoga com a de Néstor García Canclini (1998), ao compreender a modernidade latino-americana como processo incompleto, desigual e contraditório. Esse processo faz com que a modernidade se manifeste culturalmente por aquilo que o autor chama de hibridização, uma junção de referências modernas e tradicionais, locais e globais, em tensões simbólicas e práticas sociais. Canclini (1998) também reforça que essa modernidade está associada a processos de silenciamento, tudo aquilo que não se encaixa dentro desse novo moderno: histórias, sujeitos e práticas são excluídos ou desvalorizados.

Essa chave interpretativa proposta por Canclini (1998) permite analisar a atuação de *O Crepúsculo* no cenário baiano da década de 1840. O periódico não pode ser compreendido apenas como veículo de difusão de ideias modernas importadas da Europa, mas como espaço de reelaboração local desses repertórios. Ao mobilizar discursos, o jornal participa de um processo de hibridação cultural, no qual categorias europeias são reinterpretadas à luz das tensões específicas de uma sociedade escravista, urbana e profundamente racializada.

Esses discursos sobre o tráfico atlântico podem ser observados nas páginas de *O Crepúsculo*. Em determinados textos, os autores recorrem a uma linguagem de caráter moral e humanitário para discutir a circulação de africanos no contexto do tráfico, construindo argumentos que, ao mesmo tempo em que demonstram compaixão pelas condições desses indivíduos, acabam por justificar a continuidade de sua compra e transporte. Um exemplo dessa formulação pode ser observado no seguinte trecho: “D'aqui pois está claro, que todo os meios empregados para que da Costa não possam sahir esses presoneiros são

engualmente outros tantos embaraços a sua compra ou resgate e por isso outros tantos impecilhos a salvação desses infelizes” (Motta, 1846, ed. 4, v. 3, p. 50)

A passagem evidencia uma estratégia discursiva recorrente nos debates sobre o tráfico atlântico. Ao referir-se aos africanos como “prisioneiros” e “infelizes”, o texto mobiliza uma linguagem aparentemente humanitária para justificar a continuidade da compra e do resgate dessas pessoas. Nesse argumento, impedir a saída desses indivíduos da costa africana seria, paradoxalmente, um obstáculo à sua “salvação”. Tal formulação revela um discurso paternalista que apresentava a escravidão como alternativa menos cruel diante de outras formas de sofrimento, invertendo a crítica moral ao tráfico e deslocando o problema para as medidas que buscavam restringi-lo. Assim, mesmo quando mobiliza uma retórica humanitária, o texto acaba por reafirmar a lógica que sustentava o sistema escravista no interior do mundo atlântico do século XIX.

Nesse sentido, a modernidade defendida pelo periódico não se apresenta como ruptura absoluta com o passado, mas como tentativa de reorganizar uma heterogeneidade já existente. A Bahia da década de 1840 reunia diferentes temporalidades: práticas escravistas herdadas do período colonial, projetos ilustrados de reforma social, aspirações liberais e uma cultura urbana marcada por forte presença africana e afrodescendente. Ao intervir nesse espaço, *O Crepúsculo* busca ordenar essa multiplicidade, classificando práticas, valores e sujeitos segundo uma gramática civilizatória que associa progresso à instrução, disciplina moral e racionalização dos costumes.

A noção Canclini (1998) de “heterogeneidade multitemporal” ajuda a compreender essa dinâmica. O jornal identifica determinadas práticas, frequentemente associadas à população negra e às camadas populares, relacionando-as com um tempo atrasado, que deveria ser superado em nome da modernização. Contudo, essa operação classificatória não elimina tais práticas; antes, reinscreve-as como objeto de correção, tutela e pedagogia moral. Assim, o que é definido como “popular” ou “atrasado” não corresponde a uma essência pré-moderna, mas a uma posição construída no interior das disputas simbólicas promovidas pela própria elite letrada.

Ainda que o periódico se posicionasse favoravelmente ao fim da escravidão em determinados momentos, observa-se que, ao equilibrar o debate entre a permanência da instituição escravista e os interesses econômicos do país, a

prioridade frequentemente recaía sobre a preservação da ordem econômica. Essa tensão torna-se evidente no seguinte trecho de Ascanio Motta (1846, ed. 4, v. 3, p. 51):

O Brasil é verdade deve ter muito em consideração os males, que como a escravaria hão em muito obstado seos progressos materiaes e moraes — mas é necessário também que tenhamos nossos ouvidos cerrados aos gritos da humanidade, muito embora de socorrel-a nos não possuão senão prejuizos e atrasos.

A passagem evidencia a ambiguidade presente nos discursos de *O Crepúsculo* em relação à escravidão. O texto reconhece que a instituição escravista produzia obstáculos aos “progressos materiais e morais” da nação, aproximando-se de uma crítica à escravidão frequentemente associada ao atraso econômico e à incompatibilidade com os ideais de civilização. Contudo, ao sugerir que seria necessário “cerrar os ouvidos aos gritos da humanidade”, o autor revela a tensão entre os princípios humanitários e os interesses econômicos que sustentavam o sistema escravista. Assim, embora a escravidão fosse percebida como um problema para o desenvolvimento nacional, sua superação aparecia como um processo potencialmente capaz de provocar “prejuízos e atrasos”. Esse argumento evidencia a permanência de um discurso que, mesmo reconhecendo os limites morais da instituição, ainda a considerava funcional para a manutenção da ordem social e do desenvolvimento econômico do país.

A elite letrada da década de 1840 possuía uma preocupação não apenas com a escravidão em si, mas também com o que aconteceria quando ela acabasse, como justificar a exclusão dessa numerosa população sem a condição jurídica de “escravo”. Segundo Koselleck (2006), na modernidade a “verdade” deixa de estar ligada às “coisas” e passa a se organizar no tempo, ou seja, a história passa a ser pensada como movimento rumo ao futuro. O negro não era apenas um problema do presente, mas também algo que impedia à expectativa nacional progressiva e branca. Ao utilizar termos como “serão superados”, *O Crepúsculo* e a elite letrada da época projetaram para um futuro branco, a ausência simbólica, mesmo diante da presença concreta.

Em *O Crepúsculo*, a ênfase na literatura patriótica, na ciência médica e na educação moral funciona como mecanismo de distinção simbólica. O jornal institui critérios de pertencimento ao mundo moderno: domínio da escrita, adesão à moral cristã, valorização do trabalho disciplinado e internalização de padrões considerados

civilizados. A população negra aparece nesse horizonte não como sujeito pleno da modernidade, mas como destinatária de um projeto pedagógico e civilizador.

Compreendemos que os ideais de branqueamento que surgiram a partir da década de 1870 não se tratavam apenas de política demográfica, mas também de uma visão histórica e nacional estruturada por hierarquias raciais que surgiram décadas anteriores. De modo que, ainda na década de 1840 o alemão Carl Friedrich Von Martius (1794-1868) foi vencedor do concurso do IHGB, de 1844³, “Como escrever a História do Brasil”, em seu texto ele propunha uma história nacional que se baseava na miscigenação (branco, indígena e negro), mas privilegiando o europeu. Martius (1844) utilizou o “encontro das águas” para expressar a identidade brasileira, esse encontro não foi pensado como igualdade, mas como uma metáfora da miscigenação. A raça branca é o “rio poderoso”, os indígenas é um afluente mais profundo e os negros são como riachos. Esse “rio poderoso” é capaz de absorver os afluentes indígenas e negros sem alterar a direção do seu curso civilizatório.

O destaque é que esse projeto de embranquecimento não apresenta a imigração europeia como ruptura, mas como continuidade do tempo. Dentro dessa narrativa o Brasil é ramo da história portuguesa, quando a família real chegou ao Novo Mundo a civilização europeia foi transportada para a América, com isso, ao incentivar a imigração branca é reforçar essa herança. Compreendemos a fala de Martius (1844) não com o intuito de eliminar os “outros”, mas de subordiná-los a uma hierarquia. Portanto, nessa nova nação, por mais que a miscigenação seja reconhecida, ela é pensada como mecanismo de absorção. Assim, o projeto de modernidade foi desenvolvido para construir um futuro no qual o negro estivesse ausente, não necessariamente a eliminação física, mas diluído pela miscigenação ou substituído pela imigração.

O periódico não apenas descreve uma modernidade em curso, mas participa da sua construção, definindo quem pode ser incluído, sob quais condições e a partir de quais critérios. A modernidade ali defendida é, portanto, plural e contraditória: emancipa ao condenar o tráfico e a escravidão, mas simultaneamente reinscreve hierarquias ao condicionar a integração da população negra à adoção de valores definidos pelas elites letradas.

Essa percepção aparece em *O Crepúsculo* não de forma explícita, mas por meio de formulações mais sutis. A imagem da população negra não é apresentada

³ A obra foi publicada no RIHGB (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) em 1845.

diretamente como desprovida de conhecimento; entretanto, o conhecimento legítimo é constantemente associado à tradição intelectual europeia. Um exemplo pode ser observado no artigo “Jornal das Bellas Artes”, de Passos (1846, ed. 18, v. 2, p. 91), que afirma: “[...] da Europa civilizada os foros mais legitimos e pendurados, que hão de nobilitar qualquer nação — aquelles que lhe derivam de hierarquia da intelligencia e do talento”. Nesse trecho, o autor sustenta que os “foros mais legítimos” capazes de conferir nobreza a uma nação derivam da inteligência e do talento, sugerindo que o prestígio nacional estaria ligado à produção intelectual e cultural.

Ao mesmo tempo, ao localizar essa hierarquia no interior da chamada “Europa civilizada”, o texto reforça a ideia de que os parâmetros de civilização e de conhecimento legítimo se encontram naquele espaço. A expressão “hierarquia da inteligência e do talento” revela, portanto, uma concepção bastante difundida entre intelectuais do século XIX, segundo a qual a sociedade se organizaria de maneira hierárquica a partir das capacidades intelectuais. Nesse sentido, a valorização da inteligência e do talento não apenas legitima o papel dessas elites letradas como agentes do progresso, mas também contribui para estabelecer critérios implícitos de distinção social e cultural no interior do projeto de modernidade defendido pelo periódico.

Essa busca pela assemelhação à Europa é apresentada no trecho do artigo “As lettras no Brasil”, de D.C. Tourinho (1846, ed.12, v.1, p. 186):

[...] hoje, e ha tempos que contamos com os suffragios das cultas nações da Europa, e mais que tudo com nossos proprios esforços para podermos seguir a brilhante carreira da civilisação, nos é bello observar, e admirar como vae se coroando de louros o nosso Brazil, e como almeja, ainda mesmo cercado de obstaculos que de todas as partes o circundão, caminhar com passos agigantados, e fazer paralelo com a velha Europa.

O autor apresenta o Brasil como uma nação inserida no processo de civilização do mundo moderno, enfatizando a ideia de progresso e a projeção de um futuro promissor para o país. A Europa aparece como parâmetro de progresso e como referência para a organização cultural e política da nova nação. Nesse sentido, a trajetória brasileira é apresentada como um esforço de aproximação ao padrão civilizatório europeu, no qual o desenvolvimento das letras, da ciência e das instituições culturais seria fundamental para inserir o país no concerto das nações modernas.

A nação imaginada como civilizada e europeizada exigia, portanto, não apenas a reforma do presente, mas a temporalização da diferença racial, de modo que o pertencimento pleno ao Brasil moderno permanecesse condicionado à dissolução ou invisibilização da experiência negra. Assim, compreendemos que, ao articular ciência, progresso e moral, *O Crepúsculo* participou ativamente da construção de representações sobre a população negra que acabou por delimitar os limites da nação civilizada. A modernidade defendida pelo jornal não exclui formalmente a população negra, mas a incorporou de modo subordinado, condicionando sua pertença ao abandono de práticas culturais próprias e à adesão aos valores definidos como modernos. Trata-se, portanto, de uma modernidade tensionada, na qual a promessa de progresso convive com mecanismos para não alterar a ordem social vigente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor esta investigação, buscou-se compreender de que maneira o jornal *O Crepúsculo*, publicado em Salvador na década de 1840, participou da formulação de um projeto de modernidade no interior da sociedade soteropolitana. A análise das páginas do periódico demonstrou que sua atuação ultrapassava a simples divulgação de textos científicos e literários. O jornal constituiu-se como um espaço de elaboração e difusão de representações sobre civilização, progresso e educação, articulando saberes científicos, moral cristã e projetos de reorganização social. Nesse sentido, *O Crepúsculo* inseria-se em um contexto mais amplo da primeira metade do século XIX, momento em que diferentes grupos intelectuais buscavam formular uma identidade nacional capaz de superar divisões regionais e aproximar o Brasil dos modelos europeus de modernidade.

O próprio título do periódico evidencia esse horizonte simbólico. O termo “crepúsculo” remete ao momento de transição entre a noite e o dia, sugerindo uma luz que anuncia a chegada de um novo tempo. Ao adotar essa denominação, o jornal apresentava-se como instrumento de iluminação intelectual, destinado a difundir conhecimentos científicos e literários e a inserir Salvador nos debates culturais e científicos que circulavam pelas capitais do Império. Assim, mais do que informar, o periódico pretendia atuar como agente de transformação social, contribuindo para a formação de uma sociedade considerada mais civilizada e instruída.

A pesquisa demonstrou, contudo, que esse projeto de modernidade não se constituía como uma linguagem neutra ou universal. Ao mesmo tempo em que defendia a superação do passado escravista e a inserção do Brasil no horizonte civilizatório europeu, o periódico delimitava, por meio de categorias científicas e morais, os sujeitos legítimos desse novo tempo. A modernidade projetada por *O Crepúsculo* revelava-se atravessada por tensões e hierarquizações que estruturavam a sociedade soteropolitana. No caso, a exclusão da população negra não se formula prioritariamente por meio de um discurso racial explícito, mas através da definição implícita de um ideal de civilização associado à cultura letrada, à ciência e à moral cristã. Nesse processo, a branquitude opera como norma silenciosa que estrutura os critérios de pertencimento ao projeto nacional. Nesse sentido, a questão racial aparece no periódico de maneira particular.

Diferentemente do racismo científico que se consolidaram nas décadas posteriores, *O Crepúsculo* não se organiza diretamente como um jornal dedicado à discussão da raça. Seus textos enfatizam sobretudo temas como educação, civilização, moralidade e progresso. Entretanto, a análise das representações presentes no periódico revela que a exclusão racial operava de forma velada. A população negra raramente aparece como sujeito histórico, sendo frequentemente mobilizada como objeto de reflexão ou como problema social a ser resolvido no interior do projeto de modernização nacional.

A partir das contribuições de Schwarcz (2009), compreende-se que o discurso racial no Brasil da década de 1840 não se limitava à formulação explícita de teorias biológicas sobre a diferença, mas também se manifestava por meio de representações sociais que naturalizavam hierarquias e delimitavam pertencimentos. Nesse contexto, a população branca operava como norma implícita do projeto civilizatório. Os valores associados ao progresso, à moralidade e à racionalidade científica eram vinculados a essa elite letrada, cuja posição social se legitimava pelo domínio do saber e pela proximidade com os modelos culturais europeus.

Ao mesmo tempo, a análise sugere que esses intelectuais se percebiam, antes de tudo, como membros de uma elite letrada. As autoridades que reivindicavam derivavam sobretudo de sua formação acadêmica, de sua inserção em instituições científicas e de sua capacidade de produzir e difundir conhecimento. Para Maria Aparecida Bento (2002, p. 5), a branquitude é “um lugar de privilégio racial, econômico, político, e subjetivo que acaba por definir a sociedade”, deste modo essa branquitude apresentada pelo *Crepúsculo* aparecia menos como categoria explicitamente afirmada e mais como condição normativa que estruturava silenciosamente os limites de pertencimento ao projeto de modernidade. Assim, a exclusão da população negra não se apresentava de forma direta, mas operava por meio da associação entre civilização, instrução e os valores culturais da elite letrada.

A partir da perspectiva de Reinhart Koselleck (2006), pode-se compreender que o periódico participa de uma transformação mais ampla na experiência histórica moderna, marcada pela projeção de um horizonte de expectativas voltado ao futuro. Em *O Crepúsculo*, o passado escravista aparece como etapa a ser superada, enquanto o futuro é imaginado como científico, moral e progressivo. Entretanto, essa reorganização temporal não incluía todos os sujeitos de maneira igual. A população negra, embora numericamente central na cidade de

Salvador, é frequentemente situada em uma temporalidade anterior, devendo ser transformada, disciplinada ou tutelada para integrar-se ao futuro nacional.

A contribuição de Marshall Berman (1986) permite aprofundar essa análise ao evidenciar que a modernidade não se constitui apenas como estrutura temporal, mas também como experiência vivida e profundamente ambígua. No caso soteropolitano, essa ambiguidade manifesta-se de maneira evidente: exaltava-se o progresso científico e a necessidade de superar a escravidão, ao mesmo tempo em que se temia a instabilidade social decorrente da incorporação plena da população negra à cidadania. O periódico expressa precisamente essa tensão ao celebrar a modernização enquanto delimita seus sujeitos legítimos.

Nesse processo, a ciência desempenhava papel central. Médicos e intelectuais vinculados à Faculdade de Medicina da Bahia concebiam o conhecimento científico como instrumento capaz de transformar a realidade social. Por meio dele, pretendiam redefinir práticas culturais, padrões de saúde e critérios de pertencimento social. Ainda que o discurso científico se apresentasse como neutro e universal, ele contribuía para reforçar hierarquias sociais e naturalizar desigualdades, especialmente no que diz respeito à posição da população negra na sociedade.

Ao analisar as páginas de *O Crepúsculo*, torna-se evidente que a modernidade ali defendida não significava necessariamente a ampliação universal da cidadania. O progresso anunciado pelo periódico era delimitado por critérios morais, culturais e científicos definidos pela elite letrada. A população negra, embora reconhecida como parte da sociedade, aparecia frequentemente associada ao atraso, à necessidade de disciplina moral ou à tutela civilizatória.

A articulação entre as perspectivas de Koselleck (2006) e Berman (1986) permite compreender que o periódico expressa simultaneamente uma transformação estrutural do tempo histórico e a vivência concreta de suas tensões. O futuro moderno projetado por seus articulistas não incluía todos os corpos de maneira igual. Ao situar a população negra em uma temporalidade a ser superada, o jornal contribuía para a construção de uma narrativa nacional na qual progresso e civilização permaneciam associados à branquitude letrada.

A principal contribuição desta dissertação reside, portanto, ao examinar *O Crepúsculo* não apenas como fonte, mas como agente ativo na produção de sentidos sociais, a pesquisa evidencia como a imprensa participou da

formulação de representações sobre modernidade, cidadania e pertencimento nacional. O periódico não apenas refletia debates intelectuais do período, mas atuava na construção simbólica de um projeto de sociedade.

A análise das páginas de *O Crepúsculo* sugere que, apesar da constante mobilização do vocabulário científico, o periódico operava muito mais no campo moral do que propriamente no campo científico. Nesse sentido, o próprio título do jornal parece funcionar como uma metáfora reveladora de sua posição histórica. De modo semelhante, o periódico se apresenta como portador de um projeto de modernidade e civilização, anunciando a necessidade de inserir o Brasil no horizonte do mundo moderno.

Contudo, os instrumentos discursivos mobilizados pelos seus autores permanecem fortemente ancorados em repertórios morais, religiosos e civilizatórios herdados de uma sociedade ainda profundamente colonial e escravista. Assim, o jornal parece travar uma disputa no campo simbólico utilizando ferramentas mais próximas de um universo intelectual tradicional do que de uma ciência plenamente moderna. O periódico anuncia a chegada de um tempo novo, mas permanece, em grande medida, enraizado nas estruturas da sociedade antiga. Esse paradoxo não se esgota na década de 1840 e prossegue nas décadas seguintes, quando parte da elite intelectual buscará resolver essa tensão por meio da adoção mais sistemática do discurso do racismo científico, formulando um ideal de civilização que, ao mesmo tempo em que se pretendia moderno, permanecia profundamente dissociado das realidades sociais do país.

Por fim, ao evidenciar as tensões entre modernização e exclusão, esta pesquisa sugere que o discurso civilizatório da década de 1840 não pode ser compreendido como processo linear ou universal. Ao projetar a população negra como problema a ser resolvido no interior do futuro nacional, a modernidade defendida por setores da elite letrada contribuiu para sedimentar formas de exclusão simbólica que atravessaram a história brasileira. Desnaturalizar essas representações e reconhecer o caráter historicamente construído dessas hierarquias constitui, portanto, passo fundamental para compreender não apenas o Brasil oitocentista, mas também as permanências e reconfigurações das desigualdades no presente.

Assim, evidencia-se que o campo moral e cultural se constituiu como espaço central de disputa. Sob a linguagem do progresso e da neutralidade

científica, *O Crepúsculo* preservou pressupostos hierarquizantes. O discurso modernizador, longe de universalizar pertencimentos, operou como mecanismo de distinção. No *Crepúsculo* de uma ordem escravista, anunciava-se um novo tempo, mas a luz projetada iluminava seletivamente o futuro, deixando outras experiências à sombra.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANTÔNIO Januário de Faria. **Médicos Ilustres da Bahia e de Sergipe**, 2011. Disponível em: <https://medicosilustresdabahia.blogspot.com/2011/01/antonio-januario-de-faria-disponivel-em.html>. Acesso em: 15 maio 2025.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. São Paulo: Annablume, 1996.

BARBOSA, M. **Escravos e o mundo da comunicação: oralidade, leitura e escrita no século XIX**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

BARREIRA, Luiz Antônio. A medicina luso-brasileira. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis: Vozes, 2023.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BARROS, José D'Assunção. A História Social: seus significados e seus caminhos. *LPH: Revista de História da Universidade Federal de Ouro Preto*, Ouro Preto, n. 15, p. 235–256, 2005.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/>. Acesso em: 1 mar. 2026.

COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. **Espaços negros: “cantos” e “lojas” em Salvador no século XIX**. *Caderno CRH*, Salvador, v. 4, n. 0, 1991. Suplemento “Cantos e Toques – Etnografias do Espaço Negro na Bahia”, publicado em mar. 2007.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Tradução de Carlos Felipe Moisés; Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Heloísa P. Cintrão; Ana Regina Lessa. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1998.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto; Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **O controle da opinião: a censura na era Vargas (1930–1945)**. São Paulo: Ática, 1988.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Imprensa e História: o jornal como sujeito e fonte de pesquisa. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 8, p. 5–17, 1984.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras: Revista de História*, Dourados, v. 13, n. 24, p. 15–29, dez. 2011.

CHARTIER, Roger. Introdução: por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 13–28.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p. 61–80.

CARVALHO, Luã Pedro Rocha. **O Haiti e a Bahia: as representações da primeira nação negra da América nos jornais baianos do século XIX (1831–1853)**. 2021. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

CARVALHO, Joice Anne; MACIEL, Renata Baldin. Considerações sobre pensamento raciológico do século XIX e início do XX e seus reflexos no Brasil. *Revista Aedos*, Porto Alegre, v. 8, n. 19, p. 128–150, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/69267>. Acesso em: 27 jan. 2026.

DE LUCA, Tânia Regina. Imprensa e cidade: notas para a leitura de jornais como fonte para a história urbana. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 201–225, 2001.

DE LUCA, Tânia Regina. **A revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de construção da nação (1838–1889)**. São Paulo: EDUSP, 2000.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. v. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano**. São Paulo: Global, 1990.

GOMES, Marco Aurélio Andrade de Filgueiras. **Escravidão e cidade: notas sobre a ocupação da periferia de Salvador no século XIX**. [s. l.: s. n.], 1990. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/1352/1/3102-7255-1-PB.pdf>. Acesso em: 16 de junho de 2025.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo Garrido. **Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira**.

Revista de história das idéias, v. 21, p. 389-440, 2000. Tradução. Disponível em: https://doi.org/10.14195/2183-8925_21_11. Acesso em: 07 mar. 2026.

JÚNIOR, João José; CASTRO, Josildeth Gomes de. **História das ideias filosóficas na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2006.

JESUS, P. C. I. **O fim do tráfico na imprensa baiana (1811–1850)**. 2004. Dissertação em História Social – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

JESUS, Tamires Alice Nascimento de. **“Do pedido à mercê”: investigação das correspondências sobre doação de livros às escolas públicas da Bahia no século XIX**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/26954/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20AL TERADA2.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2025.

KOSSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução de Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 547–548.

MALEVAL, Maria Elisa Noronha de Sá. **O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como receptáculo do presente (1838–1850)**. São Paulo: Alameda, 2018.

MANHANI, L. R. Entre o futuro passado: os prognósticos sobre o negro no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839–1869). *Tempos Históricos*, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 237–268, 2023. DOI: 10.36449/rth.v27i1.30818. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/30818>. Acesso em: 22 fev. 2026.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina (org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo VI, p. 389–411, 1865.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso constrói memória). In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas: Pontes, 2003.

MARQUESE, Rafael de Bivar. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. *Revista de História*, São Paulo, n. 169, p. 223–253, dez. 2013.

MANOEL Ladislau Aranha Dantas. **Médicos Ilustres da Bahia e Sergipe**, 2011. Disponível em: <https://medicosilustresdabahia.blogspot.com/2011/02/257-manoel-ladislau-aranha-dantas.html>. Acesso em: 9 maio 2025.

MIRANDA, Tiago C. dos Reis. A história cultural entre práticas e representações. *Revista de História*, São Paulo, n. 121, p. 149–154, dez. 1989.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX**. Salvador: EDUFBA, 2007.

QUERINO, Manoel. Os homens de cor preta na história. *Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia*, Salvador, n. 48, p. 355, 1923.

OLIVEIRA, Eduardo Sá. **Memória histórica da Faculdade de Medicina da Bahia, concernente ao ano de 1942**. Salvador: 1992.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTOS, M. A. da S. Uma fonte para a História Social de Salvador: as teses de doutoramento da Faculdade de Medicina da Bahia. *Universitas*, [s. l.], n. 29, p. 41,

2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/universitas/article/view/1265>. Acesso em: 28 fev. 2025.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Fábio Alves dos. **Elite letrada e ofício docente em Sergipe no século XIX**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4882/1/FABIO_ALVES_SANTOS.pdf. Acesso em: 22 set. 2025.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870–1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SALLES, D. **O Crepúsculo – Bahia, 1845/1847, ou os médicos praticam literatura**. *Universitas*, [s. l.], n. 5, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/universitas/article/view/976>. Acesso em: 28 fev. 2025.

SEPÚLVEDA, Cecília de Alencar Serra e. **O progresso, a cidade e as letras: o intelectual e a transição do século XIX para o XX em Salvador da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1945.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

Racismo e relações étnico-raciais. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 41, n. 88, set./dez. 2021. Tradução de Dominik Andrzejewicz Diacon.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês (1835)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, João José. O jogo duro do Dois de Julho: o “povo” na independência da Bahia. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 29–30, 2003.

REIS, João José. Morte e vida no Brasil escravista. *Revista USP*, São Paulo, n. 28, p. 190–207, 1996.

TAVARES, Kelly Chaves. Um padre maçom em terras ultramontanas: a trajetória de Eutíquio Pereira da Rocha entre a Bahia e o Pará (1820–1880). *Revista Diá-logos*, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 47–58, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/dia-logos/article/view/32615/23215>. Acesso em: 7 dez. 2025.

TOURINHO-MARQUES, Caio Cesar. Conselheiro Doutor Demetrio Cyriaco Tourinho. *Revista da ASBRAP*, [s. l.], n. 10, p. 137–161, [s. d.]. Disponível em: https://www.asbrap.org.br/artigos/rev10_art6.pdf. Acesso em: 7 dez. 2025.

TORQUATO, Melanie Amaral. Um padre negro na política imperial: a atuação de Eutíquio Pereira da Rocha na Câmara Municipal de Belém (1858–1880). In: **XV Seminário de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação; VIII Simpósio de Inovação Tecnológica**, 2023, Belém. **Anais [...]**. Belém: Instituto Federal do Pará (IFPA), 2023. Disponível em: <https://static.even3.com/anais/788496.pdf?v=1762201711070>. Acesso em: 7 dez. 2025. (Corrigi o “tps://” para “https://”.)

VILAS-BOAS, Sergio. **Perfis: o mundo dos outros, 22 personagens e 1 ensaio**. 3. ed. Barueri: Manole, 2014.

Xavier, Ângela Barreto e Santos, Catarina Madeira. **Cultura intelectual das elites coloniais**, *Cultura* [Online], Vol. 24 | 2007, posto online no dia 10 outubro 2013, consultado o 07 março 2026. URL: <http://journals.openedition.org/cultura/777>; DOI: <https://doi.org/10.4000/cultura.777>

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.